



Até onde ir

“Você pode. Vai e faz.” A partir do estímulo do orientador, qual o limite para se desenvolver uma pesquisa? Se tornar “um rato de academia” para investigar o uso de drogas entre fisiculturistas, como fez Cesar Sabino durante seu doutorado em Sociologia e Antropologia na UERJ? Ficar exposto à natureza exótica de Galápagos, como faz atualmente Luciana Medeiros Silva, aluna do curso de graduação em Biologia Marinha da UFRGS? Estudantes contam os sacrifícios e as recompensas ao encarar desafios em seus estudos.

Página Central

DOCÊNCIA

Os motivos da baixa procura pelas Licenciaturas

O tema da redação do último vestibular da Universidade trouxe índices que comprovam a baixa procura pelas licenciaturas. De acordo com universitários e especialistas em ensino superior, a experiência de sala de aula é uma das lacunas das licenciaturas e uma das causas da crise nesse segmento da formação acadêmica. “Embora [os professores] sejam doutos em suas áreas de conhecimento, são resistentes à necessidade de aprender a ensinar”, avalia Elizabeth Krahe, do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (Faced) e a primeira pesquisadora das licenciaturas da UFRGS. Uma das estratégias da Universidade para minimizar esse problema foi o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que concede incentivos para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores. **P7**

APOIO À GRADUAÇÃO

UFRGS oferece aulas de reforço aos sábados

A Universidade está desenvolvendo um projeto para apoiar os estudantes que necessitam de reforço no processo de ensino-aprendizagem em Cálculo, Português, Física, Química e Inglês. Lançado no primeiro semestre de 2010, o Programa de Apoio à Graduação (PAG) tem como prioridade o atendimento aos alunos cotistas. Na opinião do coordenador do PAG Física, Antonio Endler, o maior problema é que os alunos não sabem estudar, carregando pela vida afora os vícios de vestibular introduzidos nos cursinhos. Para o professor, muitos não se preocupam em entender o significado dos conceitos e em saber o modo como podem utilizá-los para interpretar e resolver problemas. **P6**



DJILAN MARTINEZ/REUTERS

REVOLUÇÕES ÁRABES

Insurgências contra o governo provocam rupturas históricas

Uma série de protestos convulsiona o norte da África e o Oriente Médio. A indignação se deve às condições de vida precárias da população e ao autoritarismo dos governantes. Até o momento, as consequências da onda de revoltas foram a guerra na Líbia e a queda das ditaduras da Tunísia e do Egito. Os países islâmicos de língua árabe são vistos como um bloco homogêneo, mas têm singularidades que fazem com que os acontecimentos repercutam de forma diferente em cada um deles, tornando uma incógnita o futuro da região. **P10**

SAÚDE

Por que consumir água da rede pública é mais sustentável?

Página 4

REPRODUÇÃO ASSISTIDA

O que muda com as novas regras do Conselho Federal de Medicina

Página 11

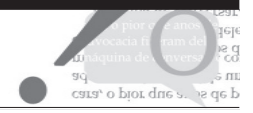
EDUARDO SEIDL - PALAÇO PIRATINI



PESQUISA

Ciência para prevenir desastres

Ao final de um verão marcado por deslizamentos, temporais e enxurradas, como a que atingiu o município de São Lourenço do Sul na madrugada do dia 10 de março (foto), muitos se perguntam o que poderia ter sido feito para evitar as mortes e os prejuízos materiais decorrentes. A Universidade espera dar sua contribuição para minimizar esses problemas por meio da criação de um Centro Estadual de Ensino e Pesquisa em Desastres (Ceped), órgão de caráter interdisciplinar, cuja criação será analisada pelo Conselho Universitário. **P5**



Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Renovação e qualidade

O início do ano letivo é sempre tempo de renovação, característica da instituição universitária, que se percebe na alegre presença dos calouros. Mas, neste ano, tivemos também uma impressionante renovação do quadro de servidores docentes e técnico-administrativos. Desde o dia 3 de janeiro, foram nomeados, e já se encontram em exercício, 251 novos servidores: 124 técnico-administrativos, 100 docentes do ensino superior e 27 docentes do Colégio de Aplicação. Nosso agradecimento especial à equipe da Progesp, que, em esquema de mutirão, viabilizou em tempo recorde número tão elevado de contratos.

Há ainda que comemorar o resultado do IGC, Índice Geral de Cursos – avaliação do Ministério da Educação divulgada em janeiro e que indica a UFRGS como a segunda melhor universidade do país, recebendo a nota máxima. Além de recompensar o dedicado

trabalho da comunidade universitária, esse resultado demonstra que é possível expandir, mantendo, e até crescendo, a qualidade.

A infraestrutura física é um pré-requisito para a qualificação do fazer universitário. Novos equipamentos estão sendo adquiridos, reformas realizadas e novos espaços se encontram em diversas fases de desenvolvimento e construção. Destaco um exemplo emblemático: foi entregue, em janeiro, a reforma da Casa do Estudante Universitário (CEU). Um investimento de 900 mil reais em melhorias do prédio que abriga cerca de 400 estudantes e que, desde a sua construção, nunca havia passado por uma reforma nesse nível.

A internacionalização das atividades acadêmicas já se apresenta com destaque. Neste mês, a UFRGS sediou a primeira reunião do projeto INFOACES, que visa à criação de um sistema integral de informação

sobre 32 instituições de educação superior de 22 países, sob a coordenação da Universidade Politécnica de Valência, Espanha; o reitor Carlos Alexandre representou as IFES e o MEC no evento Going Global 2011, um debate sobre a internacionalização do ensino superior, realizado em Hong Kong; e, pela primeira vez, um embaixador do Vietnã visitou a Universidade em busca de parcerias acadêmicas.

As perspectivas são, portanto, muito positivas para 2011. Estamos, contudo, atentos às medidas de austeridade definidas pelo governo federal com implicação na gestão da Universidade. O contingenciamento de parcela dos recursos de custeio e a postergação de concursos serão administrados com a devida gravidade para reduzir ao mínimo o impacto sobre as atividades acadêmicas.

Bem-vindos ao semestre 2011/1!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembocker Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edison Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissara

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Bruni Pereira
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Catinho Andrade, Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Boleista
João Flores da Cunha
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotolitos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Sala Alziro Azevedo

Como um frequentador assíduo dos espaços culturais da UFRGS, quero registrar meu protesto pelo mau estado de conservação da Sala Alziro Azevedo, localizada na avenida Salgado Filho. Cadeiras quebradas, instalações elétricas precárias, infiltrações e um persistente cheiro de mofo afugentam o público, além de submeterem os artistas que ali ensaiam e se apresentam a um ambiente insalubre. Quando a administração da Sala irá tomar providências?

Rogério Araújo, artesão e arte-educador

Espaços de convivência

Entra semestre, sai semestre, e as coisas não mudam: nosso Câmpus do Vale continua carecendo de espaços de convívio para alunos, professores e técnicos. Com isso, as pessoas são obrigadas a adotar as mesas dos bares e restaurantes como local para a realização de trabalhos em grupo e outras tarefas que seriam mais bem executadas em um ambiente tranquilo. Perdem os que precisam trabalhar de forma improvisada e também aqueles que utilizam esses locais para um momento de relax no intervalo entre uma aula e outra. Ainda durante a última campanha para reitor, houve promessas de resolver esse problema, criando-se ambientes adequados para estudo e lazer. Mas, até agora, nada foi feito. Até quando teremos de esperar para que as promessas se tornem realidade?

George Roberto Cerqueira, aluno de graduação

Memória da UFRGS

MEMÓRIA DA UFRGS - 1963 - CONJUNTO PORTO ALEGRE DE DANÇA LIVRE



1963

Integrantes do Conjunto Porto Alegre de Dança Livre na cidade de Goya, Argentina, no carnaval de 1963, com os músicos da orquestra. No centro da foto, de blusa escura, a bailarina e professora da Escola de Educação Física Morgada Cunha.

Artigo

O ensino e a aprendizagem sob (a/re)provação

Área da educação é arena fértil para debates emblemáticos. O dilema contemporâneo versa sobre a aprovação ou a reprovação dos alunos até o 3.º ano do Ensino Fundamental. A origem da polêmica é a homologação, pelo MEC, da resolução n.º 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, que fixa as diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Fica explícito, no artigo 30, que os três anos iniciais devem assegurar a alfabetização e o letramento e a "continuidade da aprendizagem, tendo em conta a complexidade do processo de alfabetização e os prejuízos que a repetência pode causar no Ensino Fundamental como um todo e, particularmente, na passagem do primeiro para o segundo ano de escolaridade, e deste para o terceiro".

Face à bem intencionada resolução, cabe o argumento de que, entre a norma e

a sua implementação, há uma distância que pode gerar consequências outras, por vezes indesejáveis. Como alfabetizadora, formadora de professores e pesquisadora, teço duas ponderações acerca de possíveis consequências nesse caso. A primeira: a continuidade dos estudos, no sentido de evitar a retenção e a evasão, pressupõe o compromisso com o ensino e a aprendizagem. Se a reprovação é condenada pelos danos que pode causar às crianças, outros tantos prejuízos podem ser provocados pela aprovação sem aprendizagem. O risco que se corre é o do afrouxamento dos objetivos pedagógicos a serem atingidos ao longo de cada um dos anos e o do esmorecimento dos critérios de avaliação. Diante da heterogeneidade das turmas, em que crianças com diferentes conhecimentos partilham a mesma sala de aula, há de se pensar em formas de acompanhamento dos alunos que não

atingirem os objetivos estabelecidos para cada ano; caso contrário, o que acontecerá com as crianças que chegaram ao final do 3.º ano sem terem construído os conhecimentos básicos do ciclo? Para que cada aluno possa continuar seu processo de aprendizagem, é necessário que os professores desenvolvam propostas pedagógicas e intervenções didáticas, a fim de que todas as crianças avancem, e, igualmente, que o sistema de ensino garanta a recuperação dos conteúdos paralelamente ao ano letivo.

Eis a segunda ponderação: se a intenção da resolução é constituir um ciclo de alfabetização e letramento, nomeando separadamente esses dois processos implicados na ação alfabetizadora, está se entendendo o primeiro como a aprendizagem do sistema de escrita de base alfabética e o segundo como a aprendizagem dos usos e das funções da linguagem escrita, a leitura e a produção de

diferentes gêneros de texto. Tais aprendizagens, que devem ocorrer paralelamente ao longo dos três anos iniciais, não são espontâneas, exigindo, portanto, trabalho pedagógico intencional e sistemático que possibilite tanto a compreensão do funcionamento da escrita alfabética quanto a aprendizagem da estrutura dos diferentes gêneros textuais e das características da linguagem utilizada em cada um deles.

Concluo, talvez para o desalento do leitor, apontando que o debate entre reprovação e aprovação torna-se secundário enquanto o ensino e a aprendizagem não forem garantidos em qualquer sistema de ensino, seja ele seriado ou ciclado. Nem repetência nem aprovação automática produzem aprendizagem. O que produz aprendizagem é o ensino.

Luciana Piccoli

Profa. da Faculdade de Educação da UFRGS

Gestão em Saúde

Estudantes visitam Rocinha no RJ

No dia 23 de fevereiro, em reunião realizada na Escola de Enfermagem da UFRGS, professores e estudantes que participaram da primeira turma do projeto de extensão VerSUS (Vivências e Estágio na Realidade do Sistema Único de Saúde) apresentaram os blogs produzidos a partir da experiência vivida durante 15 dias em unidades de saúde da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto, originário do curso Gestão em Saúde, tem como objetivo propiciar aos alunos de quinto semestre do curso conhecer a experiência de um município que está refazendo sua rede de serviços de saúde através da estratégia da Saúde da Família. De acordo com o coordenador do VerSUS, professor Luiz Felipe Pinto, para essa experiência-piloto foi escolhida a capital carioca, por já haver parcerias realizadas anteriormente.

Devido ao caráter interdisciplinar do projeto, que teve apoio financeiro e institucional tanto da Prefeitura do Rio de Janeiro quanto da Fundação Oswaldo Cruz, participaram da atividade estudantes de cursos como saúde coletiva, medicina, educação física, serviço social, odontologia, pedagogia, fisioterapia. Eles visitaram, entre outras localidades, os bairros da Rocinha e de Manguinhos, o que deu a todos uma visão diferente daquela comumente apresentada na mídia. Isso ficou evidente no registro dos blogs, que podem ser conferidos no endereço <http://www.OTICS.org/rio/SUBPAV/ver-sus-rio>.

A divulgação da segunda edição do VerSUS será realizada neste mês, durante a primeira reunião da CoorSaúde, que congrega os diferentes cursos na área da saúde da Universidade. Também serão contatados os diretórios acadêmicos de todas as unidades para que a experiência possa ter a contribuição de diferentes campos do saber debruçados sobre o mesmo tema: saúde coletiva. Maiores informações sobre as atividades já desenvolvidas podem ser obtidas pelo e-mail saudecoletiva@ufrgs.br.

Bacharelado – Outro objetivo do projeto VerSUS é divulgar o curso de Saúde Coletiva que forma profis-



Alunos do curso de Gestão em Saúde conheceram a realidade do SUS na capital carioca

sionais capazes de analisar criticamente as políticas de saúde, a partir do contexto político-normativo do Sistema Único de Saúde (SUS).

Criada em 2006 dentro da Escola de Enfermagem, a nova graduação forma bacharéis no campo de domínio da saúde pública, designado, no Brasil, 'sanitarista'. O curso é oferecido à noite e tem a duração de quatro anos, com duas entradas semestrais de 30 alunos. Os ingressantes podem escolher entre dois eixos de formação: planejamento, gestão e avaliação em saúde; ou promoção, vigilância e educação da saúde.

O campo de atuação dos profissionais formados em Saúde Coletiva é vasto. Ele poderá atuar tanto em instituições de planejamento, gestão e avaliação em saúde – é o caso da coordenação de serviços, programas, projetos, sistemas e rede de saúde – como em instituições de promoção, vigilância e educação da saúde – é o caso da promoção da saúde integral do ser humano, favorecendo a presença dos fatores protetores da saúde. Sua atuação poderá abranger os setores governamental, não governamental e da iniciativa privada, em áreas como sanitária, ambiental, de saneamento, alimentar e agrária.

Voluntários

Psicologia busca pais para pesquisa

Pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Infância e Família do Instituto de Psicologia da Universidade convida mães e pais de bebês nascidos entre maio de 2010 e janeiro de 2011 a participar da pesquisa do projeto CRESCI – Impacto da Creche no Desenvolvimento Socioemocional e Cognitivo Infantil.

Coordenadas pelo professor Cesar Piccinini, as atividades do projeto objetivam acompanhar o desenvolvimento de crianças que frequentam ou não creche nos dois primeiros anos de vida. Durante as atividades, será avaliado o

desenvolvimento do bebê em brincadeiras com o cuidador. Estão previstas ainda quatro fases de coleta de dados simultâneas para os dois grupos: ingresso na creche; adaptação; terceiro mês após a entrada; e oitavo mês após a entrada na creche. Também serão aplicadas entrevistas com famílias e educadoras, para avaliar a sua percepção sobre o desenvolvimento da criança e a qualidade dos ambientes familiar e de creche.

Os interessados podem entrar em contato pelos telefones (51) 3308-5058 e 9767-7776 ou pelo endereço eletrônico cresci.ufrgs@gmail.com.

Convite

Tarso Genro fará Aula Magna

No próximo dia 6 de abril (quarta-feira), a partir das 10h, no Salão de Atos da reitoria, o atual governador do estado do Rio Grande do Sul, Tarso Fernando Genro, proferirá a Aula Magna deste primeiro semestre de 2011. Advogado graduado pela UFSM, Tarso foi ministro da Educação e da Justiça durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva. O tema da conferência será "A Universidade e o futuro da República". O encontro é aberto a todos os estudantes, professores e técnicos-administrativos que integram a comunidade universitária.

Tuberculose

Oportunidade em laboratório na Inglaterra

O Laboratório de Química Biológica e Biologia de Sistemas de Mycobacterium Tuberculosis do Medical Research Council (MRC-NIMR), na Inglaterra, selecionará em abril estudantes de mestrado e doutorado para trabalharem em pesquisa sobre a química e a fisiologia da bactéria causadora da tuberculose e sobre o desenvolvimento racional de novos antibacterianos. A seleção será realizada exclusivamente via site do MRC-NIMR. O laboratório tem na coordenação o brasileiro Luiz Pedro de Carvalho, mestre em Farmácia pela UFRGS.

Projeto Interlúdio

Inscrições para recitais 2011

Até 15 de abril, o projeto Interlúdio receberá propostas para recitais de alunos do Departamento de Música do Instituto de Artes. Propostas completas - com programa musical, fotos, currículo dos integrantes, descrição das obras, documento de matrícula e data pretendida - devem ser enviados para llwinter@uol.com.br.



UFRGS TV

Pesquisa em pauta

Ciência, educação e interdisciplinaridade

Quem não recorda de, nos tempos de escola, ter plantado feijão dentro de um copo com algodão? Ou de ter produzido um protótipo de vulcão utilizando apenas argila? Ou talvez de ter passado pela marcante experiência de dissecar um pequeno peixe durante a aula de ciências?

A verdade é que todos temos lembranças de experimentos escolares. E é sobre esse tema que tratará a próxima edição do programa Pesquisa em Pauta, em que se discutirá o ensino da ciência na educação. Em entrevista para uma equipe da UFRGS TV, o professor Eduardo Terrazzan, coordenador do Núcleo de Educação em Ciências da Universidade Federal de Santa Maria, ressaltou a importância da realização de experiências desde as séries iniciais até os níveis superiores de ensino: "Tudo o que é possível de ser ensinado a partir dos conhecimentos científicos passa a ser um objeto pertinente para fazer a educação acontecer".

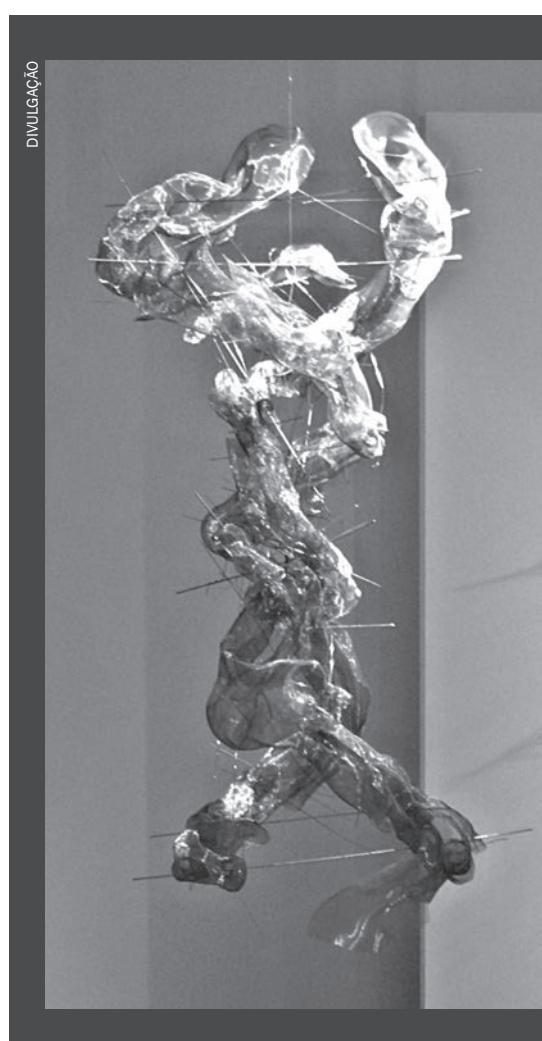
O professor também destacou o modo equivocado como a escola muitas vezes lida com o erro dos alunos, prejudicando sua criatividade. "A escola ainda é muito tradicional nas suas práticas, e o erro geralmente é visto como algo ruim a ser extirpado e combatido." Ainda sobre essa questão, Terrazzan citou o filósofo francês Gaston Bachelard, que considerava o erro necessário para a contínua busca da informação: "O erro exerce o seu papel na produção do conhecimento científico".

O docente, que manifesta em seus projetos de pesquisa uma preocupação com as inovações educacionais e com as políticas públicas de avaliação e melhoria da educação no Brasil, discutiu a importância da questão da interdisciplinaridade. Segundo ele, as diferentes áreas devem convergir para um estudo unido. "A prática de integração entre grupos de pesquisa deve ser enfrentada de uma maneira efetiva; determinados problemas científicos são estudados por acadêmicos de diferentes áreas."

Guilherme Almeida e Rafaela Pechansky, estudantes do 3.º semestre de Jornalismo da Fabico; e Juliana Moreira, estudante do 2.º semestre de Publicidade e Propaganda da Fabico

Assista aos programas

Assista à entrevista com o professor Eduardo Terrazzan, no programa Pesquisa em Pauta, que vai ao ar no dia 24 de março, às 20h10min, com reprise às 23h10min, na UNITV, canal 15 da NET POA.



Artes Visuais

Doação de obra e lançamento de catálogo

No dia 31 deste mês, às 17h, no Salão Nobre da reitoria, o artista plástico, arquiteto e professor em Poéticas Visuais Nico Rocha abre a programação 2011 do Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão com o lançamento do catálogo da exposição Percurso do Artista.

Nico revela em seu trabalho uma preocupação com a transposição de percepções e sensações para o universo palpável por meio de desenhos de estudo e esculturas que transmitem a ideia de leveza, além de muitos outros sentidos. Por essa razão, no catálogo não se poderá ver apenas o registro da mostra, mas também o desafio proposto ao artista: o detalhamento do processo criativo – elemento, em geral, ausente em exposições.

Além do lançamento do catálogo, o evento contará com a inauguração de uma das obras da exposição Percurso do Artista junto ao gabinete do reitor da UFRGS. A escultura, denominada "Vortex" (foto), será doada à Universidade e, segundo seu criador, significa "a representação de um fenômeno em desenvolvimento, de uma tendência a algo mapeada por hastes e telas".



Água de beber: da torneira ou da garrafa?

Antônio D. Benetti*

A implantação de redes de abastecimento de água nas cidades, ao longo do século XX, é um dos maiores avanços da humanidade na área da saúde pública. A distribuição de água potável fez diminuir as epidemias, comuns nas cidades, e as mortes causadas pelas doenças transmitidas por água contaminada. No entanto, nos últimos 20 anos, tem havido substituição crescente da água de torneira por água engarrafada para o consumo humano.

O crescimento no consumo de água engarrafada é um fenômeno brasileiro e mundial. No âmbito mundial, o consumo aumentou 2,5 vezes no período de 1997-2009. O crescimento mais espetacular ocorreu na China (684%), seguido do na Indonésia (392%), no Brasil (310%) e no México (149%). Observa-se que as maiores taxas de crescimento foram verificadas em países em desenvolvimento, onde ocorrem dificuldades para o suprimento contínuo de água potável de qualidade. A China passou de 9.º maior consumidor em 97 ao 3.º em 2009; no mesmo período, o Brasil passou de 6.º a 4.º maior consumidor.

Águas engarrafadas apresentam custo várias vezes superior ao da água potável distribuída pela rede pública. Em Porto Alegre, por exemplo, um recipiente de 20 litros é vendido a um custo unitário aproximado de R\$ 0,50/litro. Esse custo sobe para R\$ 2 por litro para garrafas de 0,5 litros. Por outro lado, a tarifa do DMAE para 2011 é de R\$ 0,0022 por litro (R\$ 33,15 por cada 15 m³ de água). Nesse caso, a água da torneira é, aproximadamente, 225 e 910 vezes mais barata que a água engarrafada em recipientes de 20 e 0,5 litros. Essa diferença é ainda maior para garrafas vendidas no varejo e de marcas sofisticadas. Apesar disso, o consumo de água envasada cresce de maneira vertiginosa. Mas que motivos levam os consumidores a substituir a água da torneira por água engarrafada, aceitando pagar quase 1.000 vezes mais por esse produto?

Pesquisas em vários países apontam que a principal razão para o crescimento de consumo de água engarrafada é a desconfiança dos consumidores com a qualidade do produto que sai da torneira. Em algumas regiões, os constantes racionamentos e interrupções no abastecimento contribuem para o abandono da água da rede pública como fonte de bebida por aqueles com poder aquisitivo para adquirir o líquido engarrafado. Em particular, gosto e odor têm sido os veículos pelos quais os consumidores avaliam a qualidade do que sai da torneira. Uma água com gosto ruim causa imediata desconfiança quanto à sua qualidade, mesmo que ela apresente características químicas e biológicas seguras.

Levantamento realizado pela Escola de

Administração (EA) da UFRGS em amostra da população de Porto Alegre indicou que somente 50,4% dos entrevistados usam água da torneira como fonte de bebida (Silva et al., 2005), sendo que uma parcela destes somente o faz por restrições financeiras. Essa última constatação encontra respaldo em recente estatística que relaciona a expansão da renda da população, principalmente da classe C, com o aumento de consumo de água mineral no Brasil (FSP, 2010). Os entrevistados no estudo da EA apontaram, entre as razões para o abandono da água da torneira, a insatisfação com o gosto e o cheiro desagradáveis (35%) e as crenças na melhor qualidade da água mineral ou do poço (21%), na impropriedade da água da torneira para consumo (15%) e na sua contaminação (15%). E os porto-alegrenses não estão sozinhos. Estudo feito nos Estados Unidos indica que 86% da sua população preocupam-se com a qualidade da água da torneira e 51% pensam em efeitos na saúde de possíveis contaminantes nela presentes (Parag e Roberts, 2009).

Frequentemente, o marketing das grandes empresas de água envasada procura explorar a desconfiança dos consumidores com a qualidade da água da torneira, associando o consumo de seus produtos a um estilo de vida saudável e de maior status social. Em algumas situações em que grandes empresas contribuem para associações esportivas, os consumidores simplesmente deixam de ter a opção de beber água da torneira. Um exemplo recente foi a inauguração de um estádio esportivo para 45 mil pessoas na Flórida sem a instalação de um único bebedouro – o público era obrigado a adquirir água engarrafada por um alto preço (Gleick, 2010). Mas é realmente garantido que a água engarrafada tenha melhor qualidade que a água da torneira?

Os processos de tratamento utilizados nas cidades brasileiras foram desenvolvidos na primeira metade do século passado, direcionados à remoção de bactérias patogênicas e turbidez. Contudo, nas últimas décadas, novos contaminantes químicos, incluindo pesticidas e solventes orgânicos, têm tido aplicação em larga escala, atingindo os cursos d'água de alguma forma. Novos micro-organismos patogênicos, como as cianobactérias, o protozoário *Cryptosporidium parvum* e a cepa da bactéria *E. coli O157:H7* têm sido detectados em cursos d'água.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda o uso da técnica de barreiras múltiplas para impedir que contaminantes cheguem às torneiras dos consumidores. O princípio desse enfoque é o de que a falha de uma barreira em remover o contaminante pode ser compensada pela atuação da barreira seguinte. A primeira

Do ponto de vista ambiental, o consumo de água da rede pública é mais sustentável que o consumo de água envasada

barreira, com o objetivo de produzir água potável de qualidade, é a proteção do manancial, evitando que receba poluentes que comprometam a sua qualidade. Embora algumas cidades do mundo captem água em mananciais protegidos, a tarefa é muito difícil porque requer o controle do uso do solo na bacia hidrográfica. Por exemplo, o lago Guaíba, em Porto Alegre, recebe contaminantes gerados em uma área de drenagem que corresponde a 30% da área total do estado. A segunda barreira são os processos de tratamento, que visam remover os contaminantes que possam ser prejudiciais à saúde. Inclui-se, nessa etapa, a proteção ao sistema de distribuição de água da cidade, que deve ter manutenção adequada para impedir que ela seja novamente contaminada com patógenos ou outros compostos após deixar a estação de tratamento. Em redes antigas, é comum haver corrosão de tubos e ligas, com a dissolução de metais na água.

As companhias de saneamento são obrigadas, por lei, a entregarem no ramal de entrada dos prédios água potável com qualidade que atenda a todos os padrões da Portaria N.º 518/2004 da Anvisa. No entanto, elas não estão livres de contaminação. No interior do prédio, a água potável poderá voltar a se contaminar se as canalizações estiverem corroídas ou se o reservatório domiciliar não tiver limpeza regular. Os sistemas de tratamento no ponto de uso, como filtros domiciliares, podem funcionar como uma última barreira à contaminação da água potável. É importante que esses filtros e purificadores tenham certificação da Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade (Inmetro).

Águas de fontes e subterrâneas apresentam, em princípio, melhor qualidade que águas superficiais. Contudo, elas não estão livres de contaminação. No Brasil, Bertolo et al. (2007) analisaram a hidrogeoquímica de 303 marcas de águas minerais envasadas. Concluíram que um terço delas situa-se em aquíferos com elevada vulnerabilidade natural à contaminação, e que um quarto dessas águas apresenta algum sinal

de alteração na composição química devido à ação antrópica.

O crescente uso de água envasada despertou o interesse em avaliar a qualidade desses produtos. No Brasil, os estudos têm se concentrado na avaliação da qualidade bacteriológica das águas envasadas. Farachi e Dias (2009) analisaram a qualidade da água mineral natural comercializada em vasilhames de 20 litros em Araraquara, SP. Foram feitas quatro amostragens em cada uma das 21 marcas comercializadas. Os autores concluíram que nenhuma das marcas pesquisadas apresentou as quatro amostras com padrão de qualidade para consumo humano.

Ritter e Tondo (2009) realizaram avaliação microbiológica de amostras de água mineral natural e de tampas plásticas utilizadas em garrafas de 20 litros em indústria da Região Metropolitana de Porto Alegre. Foram analisados 152 amostras de água de poço, 15 de águas envasadas em garrafas de 20 litros e 22 tampas plásticas. Os autores observaram que apenas a água mineral natural estava dentro dos padrões exigidos pela legislação brasileira.

Uma questão importante que tem sido levantada com relação ao consumo de água envasada são os aspectos ambientais relacionados à extração da água, à fabricação de garrafas plásticas, ao transporte e à comercialização. Gleick e Cooley (2009) estimaram a necessidade energética da água envasada em garrafas PET entre 5,6 a 10,2 megajoules por litro de água. Garrafas de policarbonato, usadas em garrafas de 20 litros, usam cerca de 40% mais de energia. Água de torneira, por outro lado, necessita de 0,005 MJ por litro. De acordo com essas estimativas, a água engarrafada consome de 1.000 a 2.000 vezes mais energia que a água distribuída por rede pública.

Do ponto de vista ambiental, o consumo de água da rede pública é mais sustentável que o consumo de água envasada. Nesse sentido, a água de garrafa deveria ser complementar ao uso da água da torneira, e não sua substituta. Contudo, fatores como a desconfiança dos consumidores com relação à qualidade da água da torneira, os racionamentos e as descontinuidades no abastecimento têm contribuído para essa substituição. Por outro lado, não é adequado assumir-se que a água envasada terá sempre qualidade superior à da água da rede de abastecimento, pois estudos mostram que ela também pode contaminar-se no processo de industrialização e comercialização.

*Professor de Engenharia de Tratamento de Águas de Abastecimento e Águas Residuárias do Instituto de Pesquisas Hidráulicas - IPH

Ações para salvar vidas

Clima

Integrantes do futuro Centro Estadual de Ensino e Pesquisa em Desastres estudam como enfrentar catástrofes naturais

Ânia Chala

Ao final de um verão marcado por mais um longo período de estiagem na metade sul gaúcha e por tragédias, como os deslizamentos na região serrana do Rio, em janeiro, e a enxurrada que devastou São Lourenço do Sul, no início de março, a pergunta que fica é como esses desastres naturais poderiam ser minimizados por ações preventivas.

Desde 2010, a UFRGS está trabalhando para implantar um Centro Estadual de Ensino e Pesquisa em Desastres (Ceped), a partir de um acordo firmado no Conselho Universitário entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e a reitoria. O órgão irá funcionar no Câmpus do Vale, junto ao Centro de Sensoriamento Remoto.

Apesar de ainda aguardar a regulamentação pelo Consun, o professor Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, presidente da Comissão de Implantação do Ceped e coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, relata que, informalmente, os integrantes do futuro Centro têm realizado muitas atividades: "A demanda reprimida em relação a esses temas é muito elevada. Os órgãos públicos querem contar com essa assessoria técnica, ou seja, ter a Universidade pensando estrategicamente esses problemas".

Luiz Carlos conta que o Centro tem uma proposta de atuação interdisciplinar, congregando várias unidades da UFRGS no desenvolvimento de cursos, na produção de apostilas e no oferecimento de capacitação às pessoas. "Recentemente, nosso grupo participou de uma reunião na Secretaria de Obras e Irrigação do Estado para discutir a questão da estiagem e propor um plano para tratá-la de maneira estratégica." Segundo o professor, 76% dos decretos de emergência em nosso estado estão associados a problemas de estiagem e 80% das perdas econômicas ocorrem na agricultura e na pecuária. "Isso mostra que a estiagem é um desastre lento, mas extremamente pernicioso para o estado. A ideia é

fazer uma avaliação dos programas desenvolvidos até agora, como o de microaçudes, e pensar em programas estruturantes para tentar mudar essa realidade. É uma questão de balanço hídrico: temos muita água em alguns momentos e pouca em outros", aponta o pesquisador.

Estações meteorológicas – Quando se fala em prevenção, um dos primeiros aspectos levantados é a falta de uma rede de estações meteorológicas capaz de apontar com antecedência a formação de chuvas e temporais potencialmente perigosos às populações. Mas há também o fator humano: no caso da enxurrada que atingiu São Lourenço do Sul na madrugada de 10 de março, a prefeitura recebeu um alerta enviado pela Estação Meteorológica de Canguçu e providenciou um carro com sistema de alto-falantes que percorreu as principais ruas da cidade por volta da meia-noite. No entanto, os moradores não deixaram suas casas.

Na opinião de Luiz Carlos, esse é mais um exemplo de que nosso maior problema não é a falta de informação. "Hoje existem softwares que podem enviar alertas sobre desastres via celular. Mas o que acontece no momento do alerta, para onde mandar essas pessoas? Quem coordena essa remoção? Não é o problema de dar o alerta, mas de estar preparado para enfrentar as consequências que ele causa à sociedade. Para isso é que precisamos mobilizar as municipalidades. O desafio é acertar a dosagem para não perder a credibilidade do alerta. Além disso, existe a questão de como realocar toda essa população numa situação de emergência. Isso é muito mais difícil do que o alerta em si", explica.

No que diz respeito ainda ao alerta às populações, o Centro de Sensoriamento Remoto e Meteorologia (CEPSRM), que deverá fazer parte do Ceped, já está desenvolvendo um projeto em municípios do Vale do Paranhana, nos quais foram instalados 30 radares meteorológicos. Rita de Cássia Marques Alves, diretora do órgão, informa que a aquisição das estações foi viabilizada por meio de um projeto



Moradores da cidade de São Lourenço foram surpreendidos por uma enxurrada que provocou o transbordamento do arroio que atravessa o centro da cidade



Mais de 50% da cidade ficou alagada e, apesar de a prefeitura ter colocado carros com alto-falantes para alertar a população sobre o risco de enchente, muitos não deixaram suas casas

para a previsão de fenômenos meteorológicos extremos junto à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A escolha da área deveu-se ao fato de as inundações serem frequentes na região e também à agilidade das prefeituras em formalizar convênios para a manutenção das estações.

Segundo dados do Ministério das Cidades, foram gastos 543 milhões em atividades de prevenção em 2010, com investimentos em 10 estados em planos para a minimização de riscos. Houve 14 estudos no Rio de Janeiro, sendo três deles para as regiões de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. "E, apesar disso, não se conseguiu captar o risco existente na encosta do bairro do Caleme, em Teresópolis. Ao analisar aquele estudo, concluí que os critérios

utilizados para fazer esse mapeamento de risco não foram adequados ao que se viu lá", argumenta.

Déficit – Luiz Carlos avalia que existe um déficit muito grande na área da prevenção aos desastres naturais, porque durante muito tempo não se fez nada. Ele argumenta que o problema atravessa todas as esferas do governo. "Para começar a combater esses riscos é preciso, primeiro, identificá-los. Depois, é necessária uma política para a realocação das populações que ocupam áreas de risco. Algumas coisas não se resolvem só com obras de engenharia. Essas são ocupações de 20, 30 anos atrás, quando ainda não se tinha noção dos perigos envolvidos." Após a tragédia na região serrana

carioca, o governo federal anunciou a criação de um sistema nacional de prevenção de desastres, mas a proposta ainda não saiu do papel. Luiz Carlos acha que não adianta criar um grande sistema que seja só do governo federal, porque isso tem de ser passado de nível em nível: cada municipalidade tem de ser capacitada para equacionar o seu problema, pois o governo federal não terá fôlego para pensar as situações específicas de cada lugar. "Isso passa por uma transformação lenta e gradual de toda a estrutura, inclusive pela percepção de que a defesa civil, de certa maneira, somos todos nós. Se há um lado positivo nessas tragédias todas, é [o fato de] talvez ajudar a mobilizar a sociedade para pensar esses riscos de forma diferenciada", conclui.

Critérios de avaliação de riscos têm de ser revistos

O professor Luiz Antônio Bressani é vice-coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil e também colabora com o futuro Centro Estadual de Ensino e Pesquisas em Desastres. Em janeiro, ele viajou à região afetada pelos deslizamentos no Rio de Janeiro e prestou consultoria informal à Defesa Civil daquele estado. Em seu site (<https://sites.google.com/site/luizbressani/home>), ele faz uma análise das causas das tragédias e das formas para evitá-las.

Num dos trechos do site, transcrito a seguir, o professor aponta a necessidade de uma mudança dos critérios de avaliação de riscos: "Diversas

cidades têm contratado Planos de Redução de Riscos. Entretanto, esses Planos seguem regras estabelecidas que terão que ser revistas. As regras se baseiam em uma larga experiência da Engenharia Geotécnica brasileira, especialmente carioca e paulista, de forma que os levantamentos de risco são feitos com base em inspeção visual do risco existente, instalado. São utilizados mapas geológicos, mapas topográficos e de formas do terreno, drenagens, etc. Mas, em grande parte, o risco é avaliado com base na experiência de acidentes anteriores. Embora esta seja uma lógica geralmente válida e utilizada por seguradoras ou analistas

de riscos, ela só é válida se os condicionantes permanecerem os mesmos. Aqui está o grande desafio para o país nessa questão: se a intensidade das chuvas torrenciais está mesmo mudando, teremos que rever toda a nossa experiência sobre risco de escorregamento e enxurradas. Locais que não considerávamos de risco passarão a sê-lo, [...] movimentos de grande volume e velocidade colocarão em risco áreas afastadas dos morros. Embora muitos dos acidentes no Vale do Itajaí, e agora na região serrana, fossem previsíveis, dada a nossa experiência atual, diversos (e alguns dos maiores) não seriam facilmente previsíveis. Assim,

os trabalhos de mapeamento de risco terão que ser reajustados, revistos. Os critérios de julgamento terão que ser modificados para se adaptarem a essa nova realidade de chuvas. Embora o crescimento desordenado das cidades tenha criado muitos problemas, parece que agora temos um ingrediente novo e potencialmente de grande poder de destruição: os temporais de muita intensidade. Teremos que nos adaptar e reagir rápido porque o clima está mudando num ritmo rápido e, mais do que isso, num crescendo que não depende do nosso calendário, do nosso governo ou da nossa vontade".



Reforço à qualificação

Ensino

Programa de Apoio à Graduação oferece aulas aos sábados de Cálculo, Português, Física, Química e Inglês

Ânia Chala

Retenção e evasão: dois temas que preocupam quando se trata de oferecer uma formação universitária de qualidade. Buscando solucionar esses problemas, a Pró-reitoria de Graduação da UFRGS colocou em funcionamento o Programa de Apoio à Graduação (PAG).

Lançado no âmbito do Reuni, o PAG é composto de dois projetos: PAG 1 e PAG 2. O primeiro incentiva a realização de estudos sobre a retenção e a evasão de alunos em cursos de graduação; o segundo objetiva apoiar os estudantes que necessitam de reforço no processo ensino-aprendizagem em cálculo, física, química, português e inglês.

Origem das deficiências – Para Carmem Luci Silva, coordenadora do PAG Português, um dos problemas no ensino de Língua Portuguesa nas escolas é a falta de reflexão sobre o uso da língua. Assim, um dos desafios é fazer com que o aluno saia da escola com a ideia de que as atividades de produção e leitura de textos (uso da língua) e as atividades de funcionamento da língua (gramática) se relacionam.

Antonio Endler, coordenador do PAG Física, acredita que a questão passa pela má remuneração dos professores, pela baixa carga horária atribuída à disciplina no ensino médio, pela ausência de professores de Física – a disciplina muitas vezes é ministrada por docentes de outras áreas –, pelo método de exposição dos conteúdos e também pela políticas das escolas, por vezes, paternalistas demais.

Na opinião da coordenadora do PAG Cálculo, Liana Nacul, vários fatores contribuem para que os alunos cheguem à universidade com dificuldades em sua área: “Mesmo o estudante que nunca teve reprovações pode ter acumulado lacunas, fato que certamente irá se refletir no desempenho das disciplinas de Matemática.” Segundo ela, aparece claramente a dificuldade de verbalizar o raciocínio. “Não é a resposta final nossa prioridade e, sim, o raciocínio usado para chegar até ela”, explica a professora.

José Ribeiro Gregório, responsável pela coordenação do PAG Química, diz que essa matéria é vista por alguns como algo de misterioso. “Transformar um produto em outro parece bruxaria. Então o aluno já vem com um pé atrás, ‘eu nunca vou entender isso’, ‘química é coisa de louco’, ou outros chavões desse tipo. A fim de contornar esse temor do aluno, muitos optam pelo ensino via decoreba.” Mas ele considera que a culpa pela má formação estudantil é da estratégia defensiva de escolas e professores. “Talvez, se os conteúdos fossem modificados, se houvesse mais tempo para a química (e tantas



outras matérias) no ensino médio, se houvesse um grande plano de qualificação (pedagógica e de conteúdos), com consequências salariais, talvez... É um trabalho árduo e de longa duração, mas é preciso começá-lo já. Ontem!”

Já a professora Sandra Maggio, coordenadora do PAG Inglês, ressalta que o ingresso nas disciplinas é aberto a todos os aprovados no Vestibular, mesmo aos que prestam a prova de língua estrangeira em outro idioma. “Como consequência, recebemos a cada ano um grupo heterogêneo de calouros. Pelas estatísticas do ano passado, 40% dos ingressantes estavam no nível pré-intermediário, no qual opera a disciplina de Inglês I; 20% estavam abaixo desse nível; e 40% estavam acima. Os dois grupos dos extremos são os mais sujeitos à evasão discente”, observa.

Ao longo de 2010, Sandra constatou que para os alunos abaixo do nível pré-intermediário a dificuldade é a quantidade de matéria que precisa ser aprendida em curtíssimo espaço de tempo. “Para esses alunos, oferecemos módulos do PAG aos sábados pela manhã, auxílio do plantão de monitoria e duas disciplinas opcionais: Fundamentos de Inglês I e II.”

Dificuldade e superação – Antonio acha que o maior problema é que os alunos não sabem estudar: “Eles revelam cada vez mais desinteresse pela leitura, e isso mostra que o ensino médio os torna cada vez mais dependentes do professor”. Outro aspecto são os vícios de vestibular introduzidos nos

curinhos. “Muitos não se preocupam em entender o significado dos conceitos e em saber o modo como eles podem utilizá-los para interpretar e resolver problemas, sempre procurando uma maneira mecânica de abordagem.”

Sandra conta que descartou a premissa inicial de que a evasão do Inglês se relacionasse com o percentual de cotas ou ao nível de dificuldade no início do curso. “Esse problema tem mais a ver com questões internas, decorrentes da diminuição do quadro docente fixo e com o rodízio de professores substitutos.”

Por outro lado, embora os cotistas sejam a prioridade do programa, ainda não estão frequentando as aulas do PAG em grande número.

José Gregório relata o caso de um aluno que sempre chegava antes dele às aulas de sábado durante o primeiro semestre do ano passado: “Um dia perguntei-lhe porque ele chegava tão cedo. Ele disse que trabalhava à noite, vinha direto do trabalho, tinha aula conosco o sábado inteiro, ia em casa e emendava com mais um turno de trabalho. Tinha muitas dificuldades de base e seria, com certeza, conduzido à evasão, por reprovação e desestímulo. Quando comecei o semestre 2010/2, encontrei-o no Câmpus do Vale, e ele veio me abraçar muito feliz: tinha sido aprovado na Química Geral e creditava essa aprovação ao auxílio e estímulo que ele recebeu ao longo do semestre. Foi emocionante, nunca vou esquecer. Valeu cada sábado que trabalhamos!”

Agindo na Graduação

Conforme a pró-reitora de Graduação, Valquíria Bassani, o edital do PAG 1 propôs o apoio à realização de diagnósticos, análises e experiências relacionadas às questões de retenção e evasão, bem como a propostas de ações para superação dos problemas diagnosticados, na perspectiva da dinâmica interna dos vários cursos de graduação da UFRGS. A professora revela que está sendo fomentada a formação de grupos de pesquisa que oportunizem reflexões sobre o perfil do estudante, os projetos pedagógicos e a ação docente.

Quanto ao PAG 2, Valquíria diz que as duas edições ocorridas no primeiro e no segundo semestres de 2010 já começam a dar frutos: “Temos avaliações muito positivas por parte dos coordenadores e, neste momento, já estamos trabalhando na renovação do convênio com a FAURGS que viabilizará a reedição dos cinco projetos neste ano”, revela a pró-reitora, acrescentando que, ao contrário do que se imaginava inicialmente, não apenas os cotistas frequentaram as disciplinas oferecidas, mas também os estudantes que ingressaram na Universidade pelo chamado acesso universal.

Dois pontos

Plural de adjetivos compostos

Adjetivo composto é aquele que acrescenta uma qualidade a um substantivo através de mais de um elemento vocabular, tal como nos exemplos ‘relatório técnico-científico’ e ‘nação ibero-americana’. Vejamos como ocorre a formação do plural desses adjetivos.

A regra geral de formação do plural de adjetivos compostos prevê que apenas o último elemento deve ser pluralizado: ‘relatórios técnico-científicos’; ‘nações ibero-americanas’.

Note-se nos exemplos que o primeiro elemento dos adjetivos compostos (técnico e ibero) não recebe plural. No segundo caso, a flexão de gênero (feminino) igualmente ocorre somente no segundo elemento do adjetivo

(americanas).

Existem duas exceções para a regra geral: uma que diz respeito exclusivamente ao adjetivo ‘surdo-mudo’, que tem as formas pluralizadas ‘surdos-mudos’ e ‘surdas-mudas’, e outra que dá conta dos adjetivos referentes a cores, que são invariáveis quando o segundo elemento da composição é um substantivo. Um exemplo: ‘uniforme verde-musgo’ – ‘uniformes verde-musgo’.

Atente-se para a diferença: ‘uniformes verde-claros’ (claro = adjetivo) e ‘uniformes verde-musgo’ (musgo = substantivo).

Referência: CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Servidor técnico-administrativo

É recorrente a dúvida sobre o modo de grafar apropriadamente a expressão ‘servidor técnico-administrativo’. As grafias encontradas no meio impresso geralmente variam entre ‘técnico administrativo’, ‘servidor técnico-administrativo’ e ‘técnico-administrativo’. Embora as três formas sejam corretas, é importante reconhecer as diferenças existentes entre elas para saber qual usar e também para entender o modo como se grafia o feminino e o plural de cada uma.

A expressão ‘técnico administrativo’ é formada por um substantivo e um adjetivo simples. É usada para se referir a qualquer profissional técnico versado na área administrativa. Sua forma no feminino é ‘técnica administrativa’ (em geral

evitada, devido à palavra ‘técnica’, que possui mais de um significado) e, no plural, ‘técnicos administrativos’ / ‘técnicas administrativas’.

As expressões ‘servidor técnico-administrativo’ e ‘técnico-administrativo’ são idênticas se considerarmos que ambas são formadas por um adjetivo composto (‘técnico-administrativo’). A diferença está no fato de que, na última expressão, há uma elipse (supressão) do substantivo ‘servidor’, o que ocorre quando esse é facilmente subentendido pelo contexto linguístico. Ambas as expressões designam o cargo de servidor técnico-administrativo em educação. No feminino, apresentam a forma ‘(servidora) técnico-administrativa’ e, no plural, as formas ‘(servidores) técnico-administrativos’ / ‘(servidoras) técnico-administrativas’.

André Schneider, revisor de textos
andre.schneider@consun.ufrgs.br



Procuram-se professores

Educação

Tema da redação do último vestibular da UFRGS traz à tona a baixa procura pelas licenciaturas

Jacira Cabral da Silveira

Até o final do ano, os estudantes de ensino médio das escolas brasileiras discutirão a possibilidade de optar por um curso de licenciatura nos próximos vestibulares, provocados pela temática da prova de redação do último vestibular da UFRGS. A previsão é da professora Elizabeth Krahe, do Departamento de Estudos Especializados da Faculdade de Educação (Faced), primeira pesquisadora das licenciaturas da Universidade. Entre os dados apresentados aos vestibulandos, com base em pesquisa realizada em 2009 pela Fundação Carlos Chagas, dos 1.501 jovens entrevistados, cursando o terceiro ano do ensino médio, 67% não pensam ser professores.

Leticia, 17 anos, estudante do terceiro ano do ensino médio do Colégio Protásio Alves, de Porto Alegre, pretende fazer vestibular para o curso de Artes Visuais na UFRGS. Ela é quase exceção entre seus amigos: “90% dos meus colegas não querem fazer licenciatura porque professor ganha muito mal; além do mais, nem adolescente atura adolescente”, brinca. A questão financeira é preocupação principal, assegura a estudante, por isso a escolha gira em torno de cursos com maior retorno financeiro. Mesmo assim, Leticia está convicta de sua escolha: “Desde os seis anos, decidi que queria ser professora; acho que ensinar as pessoas é abrir seus horizontes. O sentimento de quando aprendo algo é como ver uma luz à minha frente - quero fazer isso pelos outros”.

Esse encantamento de Leticia é o mesmo que Elizabeth busca atingir em suas disciplinas de didática. Todo ano, a UFRGS oferece 1.204 vagas em suas 16 licenciaturas, cujos formandos poderão atuar na escola infantil e nas séries iniciais (Pedagogia); e nas séries finais do ensino fundamental até o final do ensino médio (que compreende a maior parte das licenciaturas). A grande lacuna, critica Elizabeth, são as escolas técnicas: “Boa parte do pessoal que trabalha nessa área não tem formação pedagógica, nem minimamente as 800 horas obrigatórias. Isso é ilegal”, afirma.

A questão pedagógica é uma das mais lembradas, tanto por especialistas da área quanto por estudantes de licenciatura ou por aqueles que estão no ensino médio e veem o magistério como futura profissão. Para Elizabeth, esse problema começa entre os próprios professores que atuam nas licenciaturas: “Embora sejam doutos em suas áreas de conhecimento, são resistentes à necessidade de aprender a ensinar”. Ela defende a ideia de que todo professor de licenciatura deva ir para dentro da escola básica: “Eles não têm essa vivência. Antes d’eu chegar aqui, passei 20 anos trabalhando numa escola pública por opção política”, ilustra.

Daqui a três semestres, Glauco vai se formar em Ciências Sociais e ser professor de Sociologia. No meio do ano passado, ele concluiu o bacharelado, mas preferiu fazer as disciplinas necessárias para graduar-se também em licenciatura, a fim de tornar-se um profissional “mais completo”. Entretanto, com toda essa bagagem, sua única experiência em



A grande massa dos estudantes de licenciatura tem como única oportunidade de aprender a ensinar a condição de aluno das aulas da graduação

sala de aula foi como monitor de professores titulares, sem qualquer atuação junto aos adolescentes. “Senti muita falta na minha formação de disciplinas que lidassem muito mais com a interação prática desse ambiente de sala de aula, e essa tem sido a principal dificuldade que meus colegas têm enfrentado”, comenta.

Uma das formas que a Universidade tem buscado para minimizar esse problema é pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que é a concessão de bolsas de iniciação à docência para alunos de cursos de licenciatura e para coordenadores e supervisores responsáveis institucionalmente. De acordo com a coordenadora da CoorLicen (Coordenadoria das Licenciaturas), Flávia Maria Teixeira dos Santos, atualmente a UFRGS conta com dois projetos que totalizam 93 bolsistas de graduação, catorze bolsas de supervisores (para professores da educação básica) e nove bolsas de coordenadores (para professores da Universidade).

Mas a grande massa dos estudantes de licenciatura tem como única oportunidade de aprender a ensinar a condição de aluno das aulas da graduação. Gabriela é doutoranda em Ciências dos Materiais e passou no último vestibular para cursar licenciatura em Física, ambos na UFRGS. Já experiente em sala de aula – fez licenciatura em Matemática na Universidade de Caxias do Sul (UCS) –, ela espera que o novo curso não se limite a questões teóricas. “Ninguém te diz na graduação como vai ser em sala de aula ou quem tu vais encontrar lá. Com o curso de Matemática, o meu conhecimento aumentou, mas nada que se possa aplicar na escola.”

Lucas, 16 anos, vai concluir o ensino médio em 2011 e está dividido entre fazer vestibular para História ou Letras. Mas não há dúvida de que quer ser professor. Assim como Gabriela, já pensa que tipo de aula quer dar. Lembrando seus professores do ensino médio, diz que não vai ser daquele tipo que só quer ferrar o aluno; até nem critica a falta de didática daqueles que realmente são “feras” na matéria, mas lamenta: “O aluno não aprende tudo o que poderia aprender com esse cara porque ele não consegue ensinar de outro jeito”.

“Cursos anexos”

As licenciaturas no Brasil começaram tardiamente, ao longo do século 20. Elas vieram a reboque dos cursos de bacharelado, em resposta a uma demanda crescente das escolas, carentes de professores. Durante os anos 90, essa demanda ganha novo fôlego em decorrência da política nacional para a inclusão de todas as crianças na escola, desencadeando um movimento de valorização das licenciaturas como forma de o governo estimular mais jovens a optarem por tal formação superior. São desse período também as primeiras discussões da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB).

Em 94, o MEC lança o Prolicen – programa em parceria com instituições de ensino superior que ofereciam (e oferecem, porque o programa perdura) cursos de licenciatura a distância com duração igual ou superior à mínima exigida para os cursos presenciais, de forma que o professor-aluno mantenha suas atividades docentes. A exigência de formação superior a todos os professores da Educação Básica, estabelecida no artigo 62 da LDB, veio reforçar a preocupação federal com a formação docente e com o incentivo às licenciaturas.

A UFRGS foi uma das primeiras universidades a mostrar interesse em aderir ao Prolicen e, ainda em 94, criou o Fórum das Licenciaturas, que reunia

principalmente os coordenadores das Comissões de Graduação (Comgrads). Como as licenciaturas eram cursos “anexos aos bacharelados”, nas palavras de Elizabeth Krahe, pesquisadora na área, elas não possuíam comissões próprias. Isso fazia com que muitas vezes os coordenadores das Comgrads não tivessem a menor noção da parte pedagógica indispensável às licenciaturas.

Essa situação começa a mudar a partir de 1996, com a reforma curricular e com a grande reforma das licenciaturas de 2002, quando – por lei – tais cursos passam a ter identidade própria. Tendo como objetivo pensar a licenciatura como um todo, a UFRGS cria, em 96, a Coordenadoria das Licenciaturas (Coorlicen), primeira experiência brasileira nesse sentido e que serviu de modelo a várias outras universidades para criarem as suas instâncias congregadoras das licenciaturas.

“Fomos a primeira universidade a dizer que as licenciaturas têm características que as diferenciam dos demais cursos”, observa Elizabeth. Por outro lado, ela reconhece que essa valorização não foi sempre assim. Quando iniciou suas pesquisas sobre a história das licenciaturas na UFRGS, não encontrou registros suficientes com os quais trabalhar, precisando lançar mão das memórias vivas para tal reconstituição.

A virada que fez diferença

Ana Cristina Rangel migrou do curso de Matemática para o de Pedagogia: “O Instituto de Matemática da UFRGS ensinava a ser um péssimo professor, porque só havia preocupação com o conteúdo formal da matemática, e não com o aprendizado dos alunos”, justifica a sua decisão. Em contrapartida, as disciplinas de didática que recebia na Faculdade de Educação (Faced) eram ministradas por professores que não entendiam nada de Matemática: “Era uma dicotomia tremenda a licenciatura”, pondera.

Apaixorada por álgebra desde menina, ela também foi conquistada pelo magistério antes mesmo de entrar na faculdade, quando começou a lecionar para crianças de 5.ª série do ensino fundamental – “Na década de 70 ainda não havia obrigatoriedade de diploma para dar aula”. Essa experiência lhe deu condições para avaliar a distância que havia entre o ensino desenvolvido nas licenciaturas e o desafio pedagógico da sala de aula com alunos reais.

Na Pedagogia, ainda que pudesse estudar a obra do desenvolvimento cognitivo de Jean Piaget, Ana Cristina se deu conta de que o sujeito podia se formar em supervisão escolar sem nunca ter entrado numa escola, muito menos numa sala de aula. “Como vou

mediar situações professor/aluno, cujo principal foco é a aprendizagem, sem nunca ter me comprometido com esse processo? Como vamos ensinar professores a dar aula para crianças (o curso de Pedagogia formava professores para dar aula no Magistério), se nossos professores não sabiam como as crianças aprendiam?”

Ela ingressa, então, em projetos pioneiros coordenados pelas professoras Léa Fagundes e Mérion Bordas, que procuravam fazer com que o estudante de graduação conhecesse *in loco* a realidade na qual iria trabalhar quando formado. Em 1978, surgiu a primeira preocupação no curso de Pedagogia com as questões de aprendizagem: queriam saber por que as crianças da periferia de Porto Alegre não aprendiam.

“O que a escola está fazendo, se a criança entrou na escola com 7 anos – já defasada porque pensava como criança de 3 anos – e depois de 4 anos de frequência escolar ela segue pensando da mesma forma?” Perguntas como essa foram fundamentais para a virada qualitativa do trabalho pedagógico desenvolvido na Faced. Aposentada pela UFRGS em 1995, Rangel foi convidada a trabalhar na UniRitter, onde desde 2008 é diretora do curso de Pedagogia.

Especial

Pesquisa

As agruras e os louros de quem se dedica sem medida à vida acadêmica

TEXTO **CAROLINE DA SILVA**

Morar em um país com uma cultura totalmente diferente. Aprender outras línguas. Varar noites a fio lendo, observando e escrevendo. Submeter-se a situações constrangedoras ou perigosas. Extrapolar as condições financeiras. Transformar radicalmente os hábitos mais básicos. Estabelecer novas rotinas. Quais os limites na dedicação a uma pesquisa? Até onde ir para aprofundar um trabalho acadêmico? O que é necessário e o que é capricho? Serão mesmo “ossos do ofício”?

A experiência na China e no Paraguai de Rosana Pinheiro Machado para estudar a rota do comércio informal chamou a atenção da redação do Jornal da Universidade. Sua tese *Made in China: produção e circulação de mercadorias no circuito China-Paraguai-Brasil* ganhou o Prêmio de Melhor Tese de Ciências Sociais pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) em 2010. O processo do estudo em Antropologia foi publicado na página 5 da edição de janeiro e fevereiro, e motivou o questionamento sobre os diferentes – e inusitados – procedimentos e cronogramas a que um estudante se submete para aprofundar sua investigação científica.

Práticas e desafios – Durante o desenvolvimento desta pauta, percebeu-se que as pesquisas na área de Antropologia destacam-se como aquelas que demandam mais tempo e desafios aos estudantes – e isso muito tem a ver com a prática da etnografia.

O professor Ruben Oliven, um dos que fundou a Antropologia Urbana no Brasil, considera que o papel do orientador é empurrar, estimular o aluno até onde ele pode ir. “É sempre dizer: você pode. Vai e faz.” Ele orientou Rosana Pinheiro Machado da graduação ao doutorado: “Ela fez o que hoje chamamos de etnografia multissituada: o estudo de um mesmo fenômeno de vários lugares diferentes”.

Conforme o docente, o fato de Rosana ter estudado o idioma e ter morado quase um ano na China contou: “Talvez seja uma das primeiras teses em que um brasileiro vai para esse país estudar o processo”. No mestrado, ela estudou os sacoleiros que transitam pela Ponte da Amizade, indo e vindo da Ciudad Del Este. Em uma das viagens, o ônibus em que a estudante estava foi assaltado. “Depois, apareceu a polícia, porque eles sempre levam mais do que podem, e um sacoleiro pediu a Rosana que dissesse que as mercadorias eram dela. Se tu não gostas de sangue, não pode ser médico. Se tu não gostas desse tipo de coisas, não as estuda. São desafios”, conclui Oliven. Foi o professor que sugeriu a ela que se candidatasse aos recursos da Fundação Wenner Gren, que financia especificamente projetos de Antropologia. “Isso permitiu a passagem de avião, a manutenção lá e outras despesas. Caso contrário, não poderia ir.” O estudo também contou com uma bolsa-sanduíche na Inglaterra.

Se Rosana não tivesse realizado as viagens, se empenhado tanto, “não seria o mesmo trabalho”, diz o professor: “Ela é excelente pesquisadora, escreve bem, boa em teoria, conhece os livros. Isso outra pessoa também poderia ter, mas Rosana foi até onde o fenômeno ocorria, percorreu todo o circuito. Aportou material original e novo”. O orientador é importante, sem dúvida, mas depende muito do aluno, assegura Ruben Oliven: “Orientador e orientando é uma relação. E essa relação funciona tanto melhor quanto mais forte e articulada for. Como em toda relação, tem que se achar um *modus vivendi*”.

Sacrifícios e recompensa

Durante seu doutorado em Antropologia Social na UFRGS, que concluiu no ano passado, José Miguel Nieto Olivar frequentou os locais de prostituição no centro

A entrada do pesquisador em outra realidade

Entrevista com José Miguel Nieto Olivar, pesquisador de pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero (Pagu) – da Unicamp, com bolsa Fapesp. Ele é doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Núcleo de Pesquisa em Antropologia do Corpo e da Saúde - Nupacs), tendo defendido a tese *Guerras, trânsitos e apropriações: políticas da prostituição feminina* a partir das experiências de quatro mulheres militantes em Porto Alegre, em abril de 2010.

Jornal da Universidade – Como tomaste contato com a prostituição do centro da capital e por que resolveste estudar isso?

José Miguel Nieto Olivar – Sou colombiano e tomei contato com a prostituição quando já morava em Porto Alegre e estava começando o doutorado. Um pouco disso se deu ao caminhar pelas ruas para conhecer a cidade; outro pouco, não tão pouco, pelo trabalho da professora Claudia Fonseca, da UFRGS. Eu queria estudar a prostituição, era um tema que me chamava a atenção porque mexe muito com os limites morais, corporais, com valores estabelecidos e silenciados na nossa cultura.

JU – Fizeste um estudo etnográfico para desenvolver a tese. Que tipo de convivência tiveste com as prostitutas?

Olivar – A etnografia é o método principal da antropologia, e eu queria aprender a fazer. Na etnografia, a linha de força da tua relação com os outros (as prostitutas e suas redes) é a maior proximidade possível, a familiaridade. Me envolvi a fundo no trabalho de organização delas em Porto Alegre, no NEP – Núcleo de Estudos da Prostituição, no Rio de Janeiro, na organização Davida, e, em âmbito nacional, na Rede Brasileira de Prostitutas. Com algumas delas fiz grande e boa amizade. Eu as acompanhava no seu trabalho de prostitutas e colaborava na militância. Elas aturaram tudo – o quão chato um pesquisador pode ser! –, me acolheram, adotaram e ensinaram com o maior carinho, confiança e crítica. Como meu trabalho era com prostitutas, isso implicava que fossem maiores de idade e estivessem no seu trabalho por própria vontade. Nunca tive, por conseguinte, maior contato com crianças ou adolescentes exploradas ou com mulheres traficadas, vítimas de trabalho escravo. Com outras mulheres (e homens e transexuais), a relação foi menos profunda.

JU – De início, elas não ficaram desconfiadas? Alguma chegou a interpretar que querias fazer programa com elas também?

Olivar – Pesquisador ou jornalista é uma figura inicialmente incômoda para mui-

tas pessoas. Pode até ser violento, se acha que seu trabalho é mais importante que a vida dessas pessoas ou se não se dispõe a deslocar-se até o conhecimento do outro. Isso, na prostituição, é muito frequente, pela forte carga moral e pelo exotismo que gera. Então, sim, elas ficaram desconfiadas, porque era mais um pesquisador que chegava para fazer perguntas ou mais um que chegava sem conhecer mas querendo “ajudar”. Se interpretaram que eu queria fazer programa? Muitas vezes. É parte da relação entre um homem e um ou uma profissional do sexo, é parte do trabalho. Mas isso não era um problema nem pra elas nem pra mim.

JU – Que tipo de situações constrangedoras foi preciso contornar? Em algum momento, alguma observação *in loco* se tornou perigosa?

Olivar – O maior constrangimento que tive de contornar foi a minha própria presença invadindo tipos de cotidianidade laboral e de sociabilidade muito íntimos, restritos, de fluxo rápido, e que algumas delas abriram por boa-fé. Mas o mais constrangedor e perigoso foi um evento protagonizado pela Brigada Militar – promovido pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública em maio de 2007 –, que invadiu a Rua Garibaldi e proibiu, ilegalmente, as mulheres de estarem na rua e fazerem seu trabalho. Acompanhei essa

situação e seu desenvolvimento, que levou as mulheres agredidas à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa à procura de ajuda. Mas receberam um tapa na cara: uma assessora lhes disse, entre outras coisas, que a prostituição é um crime penal e que pode levar à prisão. Imensa e violenta mentira. Essa história está contada na minha tese. Constrangedores e perigosos são a discriminação e o preconceito profundo que giram ao redor da prostituição, que a constroem como um objeto marginal e desprezível e que, muitas vezes, se transformam em formas mais ou menos brutais de violência contra quem a pratica.

JU – O estudo etnográfico foi essencial? Seria o mesmo trabalho sem tanta proximidade com a prostituição?

Olivar – Acho que a etnografia, pelo convívio e a proximidade, pelo esforço de compreender/sentir o mundo desde as lógicas/os corpos do outro, oferece uma visão bastante diferencial. Essa tem sido a base clássica da Antropologia. A aposta é que essa visão te ajude a esvair preconceitos e a compreender as violências. Certamente, sem tanta proximidade, sem a longa duração da pesquisa etnográfica (dois anos, no meu caso) e sem a beleza e a generosidade das mulheres que me acolheram, esse estudo seria absolutamente outro.

Desafios e situações inusitadas pelas quais passam os estudantes no desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica



FLAVIO OLIVEIRA

Perseverança, sem medo das barreiras

A pedagoga Rosângela Maria da Silva é um exemplo de que dedicação e esforço não garantem êxito, por si sós, a uma dissertação. Ela iniciou seu mestrado em Educação na UFRGS depois de ter feito uma disciplina como ouvinte na linha de pesquisa Educação e Construção do Conhecimento, em 1996. Mas seu título de mestre em Educação só foi obtido em 2005, na linha de pesquisa Educação e Infância, pela UFSC.

Jornal da Universidade – Qual era o teu projeto?

Rosângela da Silva – Tinha como proposta inicial investigar o processo de construção do conhecimento (foco na fase de aquisição da linguagem) em crianças menores de cinco anos, a partir das discussões teóricas que influenciavam o fazer pedagógico em educação à época, marcadamente as contribuições de Piaget e Vygotsky.

JU – Que práticas tiveste de agregar ao cronograma?

Rosângela – Acabei elegendo como estudo de caso o processo de alfabetização de uma criança surda. Esse tema foi determinado pelas discussões na disciplina que fiz na área de educação para surdos e também pela possibilidade de contribuir efetivamente em uma situação real no meu ambiente de trabalho: eu buscava incluir surdos em classes de alfabetização no sistema de ensino público. Dispus-me, então, a aprender a linguagem de sinais,

a Libras, e a estagiar em uma escola de surdos por determinado período. As aulas de Libras eram particulares e em cidade diferente da qual eu morava e trabalhava, e também em lugar diferente da sede do meu curso de mestrado, o que implicou muita disponibilidade. Inscrevi-me em mais uma disciplina na área da educação de surdos, aprendi a linguagem do programa de computador que favoreceria o acompanhamento do processo de aquisição da Libras pela criança que elegi para o estudo de caso. Comprei um computador e o programa em questão.

JU – Outro obstáculo da tua pesquisa era residir fora de Porto Alegre, tendo compromissos profissionais?

Rosângela – Sim, por ingenuidade minha, recusei a bolsa de tempo integral da universidade, achando que daria conta do trabalho e não querendo interromper o vínculo empregatício com a universidade na cidade onde morava, em que era coordenadora do curso de Pedagogia e ministrava três disciplinas. Fiquei com bolsa parcial pela minha instituição de trabalho. Passava metade da semana em Porto Alegre e a outra parte em minha cidade. Consegui completar os créditos exigidos, tinha até disciplinas a mais por conta do viés que escolhi dar à pesquisa. O que complicou foi a parte da coleta de dados e a escrita do texto mesmo.

JU – Teu mestrado foi custoso? Viagens, aluguel, cursos, equipamentos?

Por quê? Por ser inviável prática ou teoricamente? Foi um tempo - e dinheiro - perdido?

Rosângela – Esse mestrado implicou viagens entre duas cidades pelo menos três vezes por semana antes de dividir um apartamento. Depois passou a ser ida e volta em parte da semana. Foi necessário tempo extra para o curso de Libras, visitas a escolas especializadas e entrevistas filmadas com a criança, sua família e suas professoras. Implicou a aquisição de computador, filmadora, fitas, programa e aprender a usar a Internet. Quando estava na fase de organizar os dados coletados e verificar se a metodologia escolhida iria ajudar-me a levantar as temáticas envolvidas com as hipóteses do trabalho, veio o convite para trabalhar em outra universidade, de outro estado, o que aceitei, pelo universo que se descortinava. Ainda tentei manter o vínculo, mesmo a distância, mas não consegui dar conta dos prazos. Não foi tempo perdido, ganhei muita experiência e fui perdendo a ingenuidade com que cheguei ao mestrado. Aprendi a importância de estar bem instrumentalizado para a pequena parte que te cabe num projeto de mestrado. Entra-se na pós-graduação com uma ilusão – boa, porque dá ânimo – de poder contribuir com algo, mudar, fazer diferença, ainda mais no campo da Educação que, apesar do tanto pesquisado e escrito e publicado, ainda amarga muito descaso e falta de continuidade nas políticas públicas e nas inovações teórico-metodológicas.

Galápagos não é o limite

O paradisíaco e exótico local em que Charles Darwin fez suas observações para a teoria da evolução das espécies é o paraíso, também, de uma aluna da UFRGS desde 23 de janeiro. Luciana Medeiros Silva, estudante do 8.º semestre de Biologia Marinha – curso de graduação desenvolvido no Ceclimar em parceria com a UERGS –, realiza estágio voluntário na Fundação Charles Darwin, financiado pelo Parque Nacional de Galápagos.

Ela se inscreveu, incentivada por um veterano do curso – integrante da primeira turma formada em Biologia Marinha – que tinha realizado o mesmo estágio um ano antes. Encaminhada a documentação (currículo, histórico escolar), contou com a indicação do colega junto à Fundação.

Dois dias antes de embarcar para fazer a conexão em Lima (Peru) para Guayaquil (Equador), onde dormiria uma noite para pegar o voo direto para o arquipélago na manhã seguinte, ela não sabia nem o sexo nem os países de origem dos seus futuros companheiros de “No limite” – como

brincou chamar o período de provações.

Na Isla Santa Cruz, a garota passou por um treinamento teórico de cinco dias. Após traçados os perfis dos 10 selecionados, eles seriam divididos em dois grupos – cada um partindo para uma das cinco praias existentes da Isla Isabela – a maior do arquipélago, onde se encontra o vulcão ativo mais conhecido, o Sierra Negra [há outros quatro]. Na Baía Barahona ou na Quinta Playa, Luciana ficará acampada por dois meses, realizando o monitoramento de ninhos de tartarugas-marinhas, com foco na reprodução e conservação da espécie. O retorno está marcado para 5 de abril.

Seu TCC – que apresentará em julho – será sobre resíduos de metais pesados nas tartarugas que morrem no Litoral Norte gaúcho ou no próprio Centro de Reabilitação de Fauna Marinha e Silvestre (Ceram) do Ceclimar. Ela explica que, dependendo da concentração de um metal pesado na água, isso pode ser letal ao animal. “Nesse estágio, vou trabalhar com bicho vivo,

e não com o bicho morto”, comemora, se referindo à felicidade de poder ver as tartaruguinhas nascendo. No entanto, a estudante confirmou que sentia um pouco de medo. “Vou estar numa situação de isolamento, não sei como vou reagir, sem mordomias e totalmente exposta à natureza. O vulcão fica a 20 km e pode entrar em erupção a qualquer momento.” Essa possibilidade foi levada em conta para sua decisão, mas ela não imaginava que haveria um tsunami no Japão que teria substancial efeito de inundação no arquipélago neste mês de março.

Luciana julga que o estágio vai qualificá-la, dando-lhe experiência com a espécie que pretende continuar a estudar no mestrado em Alagoas. Um detalhe marcante de sua empreitada é a nutrição. A garota era vegetariana, mas como o programa de cooperação técnica é rigoroso quanto ao que os voluntários podem ou não levar ao Parque de Galápagos, só permitindo o consumo de alimentos secos e enlatados, ela optou por se adaptar antecipadamente à alimentação carnívora para evitar inconvenientes.

Entrega total

Cesar Sabino é pós-doutor em Ciências Humanas e Saúde Coletiva pela UERJ. Seu doutorado em Sociologia e Antropologia foi desenvolvido na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente, é professor de Sociologia da Unirio e no curso de Pós-graduação em Gestão Municipal. O destacado currículo é fruto de intensos esforços de pesquisa – ele fez um trabalho de imersão em academias cariocas.

Em 1998, Cesar iniciou a pesquisa sobre o uso de drogas entre fisiculturistas. Foram estudadas, ao todo, 12 academias da Zona Norte à Zona Sul do Rio de Janeiro durante 36 meses. O pesquisador chama o seu objeto de “uma espécie de elite da massa muscular”: “Esse grupo de especialistas em hipertrofia muscular detém um capital prático de como fazer um corpo perder gordura rapidamente e crescer músculos – para construir sua identidade, eles têm que construir sua forma física, então adquirem todo um saber sobre como utilizar o que existe nas farmácias e em outros lugares para a forma ideal de musculatura. Há, portanto, uma construção da pessoa fisiculturista que é um processo social”. Segundo o professor, é sabido, na Sociologia e na Antropologia, que toda construção da pessoa em uma sociedade ou grupo se realiza por intermédio de rituais que marcam hierarquicamente seu papel naquele contexto de existência.

“Sem um trabalho investigativo que demande tempo de sociabilidade com o grupo, o acesso às fontes de esteroides anabolizantes nas academias não seria possível”, garante. E para isso entrou em seu processo social para se transformar em um deles. “Tornei-me um aprendiz

para poder ter acesso ao mapa cultural. A observação participante é isso.”

Ele também tentou se aproximar do seu objeto de estudo na aparência física, passando de 82kg para 96kg.

O pesquisador não julga necessário consumir drogas para estudar os efeitos ou seu uso social; optou, contudo, por passar pelo que é conhecido em Antropologia e Sociologia como ritual de passagem: “Comprei anabolizantes como parte da iniciação. Tive que aplicá-los duas vezes (a aplicação é com injeção intramuscular e dói um bocado, mais depois que durante). Estava em uma situação-limite, cercado de fisiculturistas que se aplicavam no vestiário, e fui confrontado com a questão. A partir daí, o grupo passou a confiar em mim, a me chamar para eventos dos quais apenas os que fazem parte daquela sociabilidade podem participar”.

Além dos efeitos das substâncias, o pesquisador ficou suscetível a outros fatores durante o processo de estudo. “Havia, em algumas academias, o perigo de agressões, principalmente naquelas nas quais além de fisiculturistas havia lutadores de jiu-jitsu e luta livre. Duas vezes presenciei pancadaria nas quais a polícia foi chamada. Uma vez, um grupo de competidores me confundiu com alguém que havia falado mal deles e quase apanhei – e apanharia muito, tenho certeza –, não fosse a intervenção do dono da academia, que tinha, aliás, o singelo nome de Pitbull Gym.”

Mesmo assim, “sem a observação participante não teria aprendido nada sobre o grupo. Ficaria no mesmo nível de outros estudantes (acadêmicos) que não vão a campo”, conclui Cesar.



ARQUIVO PESSOAL

Luciana está no arquipélago realizando estágio voluntário que acompanha a desova das tartarugas-marinhas

Revolta contra o governo

Revoluções árabes

A queda de dois ditadores, há décadas no poder, e a resistência de um terceiro

Mohamed Bouazizi tinha 26 anos e sustentava sua família trabalhando em uma banca de frutas e verduras. Em 17 de dezembro do ano passado, foi abordado por uma policial, que confiscou a sua mercadoria e lhe pediu dinheiro para devolvê-la. Quando o jovem se recusou, foi agredido. Humilhado, Bouazizi tentou reportar o incidente às autoridades locais, mas não conseguiu. Em um ato desesperado de protesto, ele ateou fogo ao próprio corpo em frente a um prédio do governo.

Isso ocorreu na cidade de Sidi Bouzid, no interior da Tunísia. No mesmo dia, houve um ato de repúdio aos fatos que levaram o comerciante à auto-imolação. Esse protesto foi reprimido pela polícia. A revolta se espalhou pelo resto do país e chegou à capital, Túnis, na costa do Mediterrâneo, refletindo a insatisfação da população com o regime. Bouazizi morreu no hospital, no dia 4 de janeiro, sem saber que os protestos culminaram com a queda do presidente do país, Zine el Abidine Ben Ali, há 23 anos no poder. Tampouco soube que os habitantes de outros países árabes, inspirados no exemplo tunisiano, também se revoltaram contra seus governos – e que isso causou uma segunda revolução no Egito e o início de uma guerra civil na Líbia, além de uma série de mudanças na região (veja quadro).

Os povos árabes são, via de regra, dominados por regimes autoritários. Paulo Fagundes Visentini, coordenador do curso de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas, aponta dois motivos para as revoltas estarem acontecendo agora – um de curto e outro de médio/longo prazo. O primeiro diz respeito ao impacto que a crise global teve sobre esses países: “De 2008 pra cá, houve uma subida brutal de preços. Tunísia e Egito são muito ligados aos Estados Unidos e à Europa, que estão em crise. Isso significa menos turistas e menos investimentos e tem repercussão na vida cotidiana das pessoas”, afirma. O segundo motivo é que essas sociedades passaram por um processo de modernização nas últimas décadas, mas os benefícios ficaram restritos à elite. “Há uma população jovem imensa que não encontra oportunidades de emprego”, diz Visentini.

Dois ex-ditadores – Ben Ali e Hosni Mubarak, o ditador egípcio deposto, mantinham polícias secretas que executavam dissidentes e faziam da tortura uma prática comum, atropelando os direitos humanos. Ben Ali assumiu o poder na Tunísia com um golpe de estado e permaneceu vencendo sucessivas eleições, cuja fiscalização por observadores internacionais nunca foi permitida. Em 14 de janeiro, acossado pelas revoltas e abandonado pelo exército, Ben Ali fugiu para a Arábia Saudita.

Mubarak presidia o Egito desde 1981. Ele assumiu após o assassinato do mandatário anterior, Anwar El Sadat, de quem era vice. Sadat foi morto por extremistas islâmicos que não aceitavam

os acordos de paz que ele havia firmado com Israel. Mubarak governou o país com mão de ferro, impondo durante quase 30 anos uma lei de emergência que restringia liberdades individuais e direitos civis.

“O Egito travou guerras custosas em 1956, 67 e 73. Isso pesou muito para o país. Durante o regime de Mubarak, houve certa paz e estabilidade, mas a custo de uma política externa totalmente subserviente ao Ocidente e a Israel e de uma paralisia: o país começou a crescer, mas não tinha um projeto para o futuro. Se essa transição tivesse sido há 20 anos, teria sido mais fácil”, analisa o professor Visentini.

No último dia 25 de janeiro, o regime de Mubarak começou a ruir. A insatisfação dos egípcios tinha semelhança com a dos tunisianos: era motivada pela falta de liberdade, pelo aumento dos preços dos alimentos e pelo desemprego – especialmente entre os jovens –, com o agravante de que o Egito tem uma população de 80 milhões, dos quais 40% são pobres. Unidos para pedir a queda do ditador, os manifestantes se concentraram na praça Tahrir, do Cairo, que se tornou o símbolo das revoluções árabes. Forçado a deixar o cargo pelo exército, Mubarak fugiu da capital, mas não do Egito.

Nenhum dos dois presidentes depostos, porém, chega perto de Muammar Al-Kadhafi, o ditador da Líbia. Ele está no poder desde 1969, quando comandou um golpe de estado contra o rei do país. É como se Garrastazu Médici, que assumiu naquele ano a presidência do Brasil, estivesse ameaçado de perdê-la apenas agora. Kadhafi nunca precisou fraudar eleições, por um simples motivo: ele não tem um cargo oficial numa estrutura de governo. Denomina-se líder e guia da revolução. Na prática, o poder é dele.

Ao longo de mais de quatro décadas como mandatário da Líbia, Kadhafi financiou grupos terroristas internacionais, oprimiu dissidentes com extrema violência e entrou em guerra contra o Chade e o Egito. A origem da crise humanitária em Darfur, no Sudão, está ligada a uma intervenção dele nessa região.

Apoio estrangeiro – Com tantos crimes em seus currículos pessoais, talvez fosse de se esperar que os três ditadores seriam alvo de sanções e protestos da comunidade internacional. No entanto, até as populações de seus países saírem às ruas para exigir sua deposição, eles eram apoiados pelo Ocidente. A estratégia para a região do Oriente Médio e do norte da África priorizava a estabilidade em detrimento da democracia e dos direitos humanos, baseando-se na ideia de que, se os árabes votassem em eleições livres, os vencedores seriam islâmicos fundamentalistas, possivelmente hostis ao Ocidente.

Mesmo aceitando essas premissas como válidas, fica claro que essa estratégia fracassou, considerando que, de estáveis, os regimes não tinham nada, haja vista a velocidade com que caíram



Manifestantes protestam na praça Tahir, no Cairo, transformada em símbolo das revoltas árabes

Mudanças forçadas

Longe de serem peças de domínio, os países árabes têm singularidades que tornam difícil apontar que consequências as revoluções tunisiana e egípcia e a guerra civil na Líbia podem ter em cada um deles, mas vários já passaram por algum tipo de mudança. Uma característica comum são os regimes autoritários – com a exceção do Líbano, que é uma democracia. A situação mais instável é a do Iêmen, a mais pobre das nações árabes, que enfrenta problemas de separatismo (até 1990, era dividido entre Norte e Sul). Milhares de pessoas têm protestado contra o governo do presidente Ali Abdullah Saleh, o único da história do país (somado ao período em que foi mandatário do Iêmen do Norte, ele está há 32 anos no poder). O que agrava ainda mais a situação é a forte presença da organização terrorista al-Qaeda.

No Bahrein, onde o Exército disparou sobre manifestantes pacíficos, o rei anunciou aumentos nos gastos sociais e conclamou o país ao diálogo. Além das demandas por liberdade, há um problema de origem sectária: a maioria xiita se considera discriminada pela minoria sunita, da qual faz parte a família real. O presidente da Argélia derrubou a lei de emergência que vigorava no país desde 1992. Na Jordânia, o rei demitiu o primeiro-ministro e ordenou a formação de um novo governo. O rei do Marrocos anunciou que irá promover reformas na constituição que reduzirão os seus poderes.

A Arábia Saudita, um dos países mais autoritários do mundo, vive sob um regime de monarquia absoluta em que o rei obedece apenas à Sharia (lei islâmica) e ao Corão. Além de reprimir protestos, ele anunciou um aumento nos salários dos funcionários públicos e uma série de benefícios financeiros para os sauditas. Principal responsável por manter o mundo abastecido de petróleo, a nação é aliada às potências ocidentais, que são coniventes com o desrespeito aos direitos humanos naquele país.

os ditadores da Tunísia e do Egito. “Quando a gente olha os documentos vazados pela Wikileaks, que mostram como os diplomatas americanos raciocinam, não é muito difícil entender por que eles são pegos desprevenidos. Eles querem sair do Iraque e do Afeganistão, mas precisam de estabilidade na região. Se o Egito sucumbe à instabilidade, os EUA ficam em uma posição muito complicada”, afirma Visentini.

Além do medo do extremismo islâmico, há outra questão vital para a Europa: a imigração. Ben Ali impedia que tunisianos tentassem chegar à Europa ilegalmente via Mediterrâneo, e por conta disso contava com apoio de Espanha, França e Itália. Em um cenário de instabilidade no norte da África, os europeus temem que aumente o número de pessoas que entram no continente em busca de emprego.

Sobre o futuro geopolítico da região, o professor Visentini diz que “a Tunísia é um país pequeno, sem muitos recursos, não muito difícil de estabilizar. Já o Egito está no elo entre a Ásia e a África e entre o Oriente e o Ocidente pelo mar, via canal de Suez, e tem sido, historicamente, o coração do mundo árabe. É uma referência para os outros, que têm uma população muito pequena se comparada à do Egito. E tem fronteira com Israel e a Faixa de Gaza. Todos os países vizinhos estão sem política, sem definição estratégica. O Irã não pode ser líder da região, porque não é árabe, é persa e xiita [a maioria dos muçulmanos é sunita]. Em Israel, a elite dirigente mais jovem, que não travou as guerras do passado, se acostumou com uma posição confortável de ser um país pequeno, mas muito poderoso, e que não é ameaçado por ninguém. Há uma espécie de vazio estratégico na região, e é por isso que não se consegue resolver problemas tão simples como construir um processo de paz entre Israel e Palestina. Um novo Egito, se quiser ter apelo da opinião pública, teria que assumir de novo um papel de liderança árabe”.

Guerra na Líbia – Apesar de inspirado pela vitória das revoluções na Tunísia e no Egito, o que está ocorrendo na Líbia é um processo diferente desses dois países. A revolta, iniciada em 15 de fevereiro, foi brutalmente reprimida pelo regime.

Kadhafi bombardeou os manifestantes e não há estimativas precisas sobre quantos milhares morreram.

Os rebeldes tomaram o controle de parte do território do país. Eles adotaram como símbolo a bandeira pré-revolução de 1969 e se organizaram no Conselho Nacional de Transição, liderado pelo ex-ministro da Justiça de Kadhafi, que renunciou após os ataques a manifestantes. A União Europeia reconheceu esse órgão como representante legítimo do povo líbio.

A Líbia não tem instituições consolidadas: as pessoas se organizam em tribos, e, de modo geral, a fidelidade a elas é maior que o sentimento nacional. Muitas dessas tribos estão cooptadas por Kadhafi. No momento de maior força da revolta, o ditador conseguiu manter a capital, Trípoli, e de lá lançou uma contraofensiva. A maior parte das Forças Armadas se mantém fiel ao ditador.

E agora? – Quando Ben Ali deixou a Tunísia, quem ficou no poder foi o primeiro-ministro Mohamed Ghanouchi. Porém, ele era muito ligado ao antigo regime e, devido a novos protestos da população, renunciou. O governo interino do país libertou presos políticos e concedeu a eles anistia geral. Espera-se que haja eleições em 2011.

No Egito, Mubarak deixou o poder nas mãos do conselho supremo das Forças Armadas, que dissolveu o parlamento e suspendeu a constituição. O exército prometeu fazer a transição para um governo civil democraticamente eleito, garantindo honrar os acordos de paz com Israel.

Já o futuro da Líbia é uma incógnita. As forças militares de Kadhafi são muito superiores às dos rebeldes, e o mais provável é que ele saia vitorioso da guerra civil. Mas não voltará a ser aceito pela comunidade internacional. Os anos de tolerância ao regime deixaram o Ocidente apenas com opções ruins: ou permite que Kadhafi continue massacrando sua população ou entra em guerra contra ele. De qualquer forma, a unidade territorial do país parece ameaçada, bem como sua população.

João Flores da Cunha, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabrice



Graças ao Programa de Reprodução Medicamente Assistida do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, Gustavo e Mara se tornaram pais de Vitória depois de dois anos de tratamento

O sonho de ter filhos

Reprodução assistida Novas normas ampliam as chances de quem deseja ser pai ou mãe

Jacira Cabral da Silveira

O quarto de Vitória é todo lilás, das paredes aos detalhes que enfeitam o berço. Ele começou a ser montado na mesma semana em que a médica disse a Mara e Gustavo que eles teriam uma menina. O desejo de ter um bebê, entretanto, começou muito tempo antes, e não ficou menor mesmo quando o casal recebeu a confirmação de que não poderia ter filhos. O desejo assumiu então o status de sonho que só pode ser realizado por meio da reprodução medicamente assistida.

Ao longo de todo o tratamento, eles tiveram de lidar com a incredulidade de suas famílias: “Só nós acreditávamos em nosso sonho, e ninguém pensava que fôssemos chegar tão longe”, relatam orgulhosos por terem permanecido confiantes ao longo dos quase dois anos de tratamento, iniciado há dois anos. Vitória nasceu no dia 13 de janeiro deste ano.

No começo, haviam procurado o hospital porque Mara teve uma gestação interrompida por problemas nas trompas. A notícia de que não poderiam ter filhos veio quase um ano depois, e a decisão foi imediata: ingressariam no Programa de Reprodução Medicamente Assistida do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA). Mara já estava com mais de 37 anos.

“A tensão era permanente”, recordam. A cada nova etapa dos procedimentos médicos havia um objetivo a ser alcançado: resposta positiva à medicação; resultado de ecografias para conferir o tamanho apropriado dos óvulos a serem pulsados; etc., etc. Agora “vai pra casa descansar e retorna depois de 48h, quando os óvulos fecundados

serão reinseridos no ovário”. Foram muitas idas e vindas ao hospital para consultas e palestras, em todas Gustavo fez questão de estar presente, “até no parto”, ressalta a esposa.

Ainda que todo o tratamento desenvolvido no HCPA seja gratuito, a medicação é volumosa e de alto custo: cerca de R\$ 3 mil no total. Mara é acompanhante de idosos e Gustavo, motorista da UFRGS. Ambos precisaram replanejar os gastos domésticos para dar conta dos novos e altos custos. Esforço totalmente recompensado quando admiram a filha em seu quarto lilás, com plaquinha na porta, cortinas brancas de voal e muitos bichinhos que acompanham agora os sonhos de Vitória.

Regras mais inclusivas – Ao divulgar as novas regras para reprodução medicamente assistida no início de janeiro deste ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) possibilitou a mais pessoas a realização do sonho da maternidade e paternidade, assim como Mara e Gustavo puderam realizar o seu.

Em sua primeira edição de 1992, o parecer do Conselho defendia que a reprodução assistida deveria ser aplicada em casos de infertilidade, enquanto o texto atual fala de problemas reprodutivos, permitindo, dessa forma, a realização de tais procedimentos por pessoas solteiras e por casais homoafetivos.

Conforme o chefe do Setor de Reprodução Assistida do HCPA, Eduardo Pandolfi Passos, a principal demanda dos casais que procuram o Hospital é de caráter anatômico: alteração nas trompas por infecção ou pouca produção de espermatozoides. Pioneiro no país, o programa de Reprodução Assistida do Hospital, criado em 1991, também tem atuado em casos de doenças graves que podem levar à esterilização. Nessas situações, alerta o ginecologista, os pacientes devem ser avisados sobre tal risco, apresentando-se a eles a alternativa do congelamento dos gametas para futura inseminação.

A segunda demanda social, seja pela fertilização *in vitro* ou pela inseminação artificial, é o fato de as mulheres estarem deixando para ter filhos cada vez mais tarde: “Só não avisaram para o ovário”, brinca o especialista. Segundo ele, o fator tempo pode representar a

perda da capacidade reprodutiva para homens e mulheres devido à queda de qualidade de espermatozoides e óvulos. Só que, no caso da mulher, essa perda é mais evidente, pois a partir dos 35 anos começa a reduzir sua capacidade de gestação. Já no caso masculino, essa perda ocorre próximo aos 70 anos de idade.

Nesse sentido, as novas regras do CFM, considerando essa perda de capacidade reprodutiva feminina e também a grande ocorrência de gestações múltiplas resultante de reproduções assistidas, limitam o número de embriões a serem transferidos, mantendo o limite máximo de quatro. Dessa forma, mulheres de até 35 anos podem implantar dois embriões; de 36 a 39 anos

Resolução do Conselho Federal de Medicina também permite a reprodução assistida *post mortem*, desde que com autorização prévia

são permitidos três embriões; e acima dos 40 anos podem ser implantados até quatro embriões.

A resolução permite ainda a realização da reprodução assistida *post mortem* – com material biológico criopreservado (armazenagem a baixíssimas temperaturas). Esse procedimento, entretanto, só será permitido desde que comprovada autorização prévia.

Legislação incipiente – De acordo com a doutora em Direito e pós-doutora pela Faculdade de Medicina, ambos os cursos da UFRGS, Márcia Santana Fernandes, o tema da doação *post mortem* é uma das inovações apresentadas pelo Conselho Federal de Medicina. Para

a jurista, a resolução é muito corajosa quando afirma que é possível deixar um testamento para a geração futura – “isso o Código Civil já permite” –, aos filhos ainda não nascidos, “gestados, mas ainda não nascidos”. Esse é o caso dos embriões congelados, ilustra.

Na opinião do chefe do Serviço de Bioética do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, o biólogo José Roberto Goldim, ainda que as novas regras venham a atualizar a dimensão ética do tema da reprodução assistida no Brasil, o país ainda tem muito a avançar do ponto de vista de uma legislação específica. “Não temos nenhum documento legal, no âmbito federativo, que estabeleça critérios de adequação para procedimentos de reprodução medicamente assistida”, avalia.

Por isso, na ausência de uma lei, essas resoluções assumem caráter infralegal “e podem servir de direcionamento para a tomada de decisão dos juízes”, explica Goldim, assim como ocorre com o Código de Ética Médica Brasileiro de autoria do CFM: “Mesmo sendo uma resolução, tem força legal”. Enquanto nos Estados Unidos o Código de Ética de autoria da Associação Médica Americana tem força moral, limitando-se a expulsar um médico da sua sociedade por conduta inadequada, no Brasil, o Conselho Federal de Medicina não expulsa ninguém, mas caça o diploma do médico.

Márcia concorda com Goldim quando ele lamenta a falta de uma legislação que abarque o tema da reprodução assistida no Brasil. Para a pesquisadora, existe uma falha no sistema normativo brasileiro, e cita como exemplo a Lei de Biossegurança (11.105/2005), que regulamentou questões como a doação de embriões para pesquisa com células-tronco embrionárias, “Mas acabou criando uma série de confusões devido à sua imprecisão”, observa. Ela atribui tal impropriedade ao distanciamento do poder legislativo da prática dos médicos que trabalham com a reprodução assistida.

Goldim defende uma lei que estabeleça parâmetros mínimos de legalidade e que remeta as questões técnicas ao CFM, pois esse é um setor dinâmico que apresenta avanços tecnológicos frequentes, inviabilizando dessa forma uma legislação mais pormenorizada.

Ele diz ainda que seria interessante o estabelecimento de competências de fiscalização para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e critérios mínimos para uma clínica poder funcionar.

Mais especificamente com relação às novas regras, Goldim destaca dois aspectos que ainda não estão contemplados e que são fundamentais. Um deles é a perspectiva legal de quem pode e de quem não pode realizar a reprodução assistida no país. Outro aspecto refere-se à necessidade de uma definição do caráter anônimo da doação. Ou seja, ele defende o acesso aos dados da linhagem, sem que isso caracterize a inserção numa família. Para o biólogo, todo indivíduo tem o direito de saber, por exemplo, as possíveis doenças hereditárias às quais está sujeito: “Isso está totalmente no vazio”, complementa.

Falta debate – Para Goldim, a grande falha na questão da reprodução assistida no Brasil é a falta de uma discussão nacional consequente. Se, por um lado, o CFM regula a questão no âmbito do exercício da Medicina, ele acredita que, para que se chegue a uma legislação sobre o tema, seja necessária “uma discussão alargada no âmbito social, e não apenas entre a classe médica”.

Márcia concorda e afirma que esse é o papel da bioética por sua natureza interdisciplinar, podendo dar conta de múltiplas abordagens que envolvem médicos, pacientes, crianças, gerações não nascidas. Inclui também, para a doutora em Direito, discutir a natureza do embrião: “Do ponto de vista jurídico, isso não é claro até hoje; pela abordagem biológica, o embrião é vida, é ser humano; juridicamente, ainda se discute se o embrião é pessoa ou não”.

Na avaliação da especialista, mesmo que o Código Civil tenha regulamentado alguns aspectos com relação ao tema da reprodução assistida, não é de sua competência tratar temas como este: “Porque ele é uma regra civilista genérica, e não cabe a um código trazer questões que a sociedade ainda está sedimentando. O que precisamos é de um diálogo maior, consistente no tempo, mas aberto a inovações”, diz Márcia, citando Miguel Reale, mentor da filosofia do Código Civil de 2002.



O lançamento de aparatos tecnológicos cada vez mais avançados não impede que a distribuição do conteúdo seja feita livremente



DANIEL DIAZ/WWW.SXC.HU

Direitos autorais em debate

Bens culturais

Mudança no Ministério da Cultura reacende discussão sobre propriedade intelectual

Entre as alterações que ocorreram no primeiro escalão do governo federal com o fim da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, a que gerou mais controvérsia até agora foi a do Ministério da Cultura (MinC). Dilma Rousseff indicou para o cargo a cantora e compositora Ana de Hollanda, irmã de Chico Buarque. Para além da mudança de nome, essa escolha pode significar uma inflexão no modo como o governo trata os direitos autorais.

Em uma decisão que teve forte repercussão na Internet, o conteúdo do site do MinC deixou de ser licenciado sob a marca Creative Commons a partir de janeiro. Criada pela organização não governamental norte-americana de mesmo nome, essa licença significa alguns direitos reservados, enquanto o *copyright* garante todos os direitos reservados. Conforme este, o uso da obra é proibido; conforme aquela, o autor pode estabelecer os limites da reprodução de conteúdo: se pode ser traduzido ou alterado, por exemplo.

Os dois ministros que ocuparam a pasta no governo Lula, Juca Ferreira (2008-2010) e Gilberto Gil (2003-2008), eram favoráveis ao Creative Commons. O selo da ONG estava no site desde 2004. Desde julho do ano passado, também estava disponível uma consulta pública para a reforma da Lei do Direito Autoral do Brasil, que é de 1998 – anterior, portanto, ao grande *boom* da Internet e do livre compartilhamento de conteúdo protegido por direitos autorais. O furor na Internet causado pela decisão de Ana de Hollanda se deve ao fato de que as ideias do Creative Commons são muito difundidas nesse meio. A Wikipedia, por exemplo, que completou dez anos em janeiro e é o maior exemplo da cultura colaborativa, funciona com essa licença.

Informação livre – O jornalista Tiago Jucá é o fundador da revista O Dilúvio, publicação de Porto Alegre que foi a primeira no Brasil a ter o conteúdo livre. Desde 2006, funciona com a licença Creative Commons. Ele aponta o fato de a ministra estar se assessorando com pessoas ligadas às ideias de *copyright* e vê um retrocesso do MinC a esse respeito. “As informações governamentais têm que estar livres.

O governo precisa dar o exemplo, não ser inimigo do conhecimento”, afirma.

“A informação, a arte, a cultura não podem ter dono. Elas têm autor. Mas ninguém inventa a partir do nada”, aponta. Seguindo esse raciocínio, o jornalista diz que uma pessoa inventa uma canção, mas não as sete notas musicais.

Jucá também critica o que considera uma hipocrisia da indústria, que tenta impedir que a distribuição do conteúdo seja feita livremente. “A indústria cria inovações e depois tenta restringir o seu uso. As grandes corporações querem tudo para elas e nenhum direito para o cidadão. Elas reclamam que estão perdendo dinheiro com *downloads* e pirataria, mas isso é muito diferente de roubo. Quando eu baixo uma cópia, o dono dela não fica sem a sua. Fala-se em rombo da indústria fonográfica como se a gente houvesse roubado as músicas deles, como se eles não pudessem mais fazer uso delas.”

Autoria musical – O campo onde a discussão se faz mais acalorada é o da música. Há três partes envolvidas, cada qual com suas razões: os músicos, que precisam receber por seu trabalho; os usuários, que, a partir da Internet, entram em contato com mais canções do que seria possível se todos os direitos fossem respeitados; e a indústria fonográfica, que financia as gravações (é caro produzir um disco).

O problema que a indústria não consegue resolver é que poucas pessoas se mostram sensíveis aos seus argumentos. De acordo com pesquisa divulgada pela Folha de S.Paulo no dia 21 de janeiro, 50% da população brasileira não considera crime fazer *download* de filme e música sem pagar, ao passo que 14%, sim, considera, e 36% não tem uma opinião consolidada. Em relatório divulgado em outubro de 2010 pela consultoria Nielsen, o Brasil aparece em segundo lugar (43%) entre os países com maior número de internautas que fazem *download* ilegalmente. O primeiro é a Espanha, com 44%.

O músico Arthur de Faria se diz “estarecido” com a repercussão da retirada da licença do site do MinC: “Estão fazendo uma grande confusão só porque não há mais a chancela de uma ONG gringa no site. Isso é uma demagogia que o [Gilberto] Gil fazia para posar de moderno”, afirma.

Arthur disponibiliza diariamente uma de suas músicas para *download*. Isso não significa, no entanto, que ele seja favorável à liberação da obra de forma irrestrita. Pelo contrário, critica o que considera uma relativização dos direitos autorais e lamenta estar assistindo à “extinção” gradual da profissão de compositor. “Por que a minha música tem que ser gratuita? Isso não faz o menor sentido para mim, a não ser que seja eu quem decida colocar.

Não me peçam para eu dar de graça a única coisa que eu tenho para vender.”

O compositor também rejeita um dos argumentos utilizados por quem defende a liberação de direitos autorais: o de que os músicos poderiam viver de seus shows. “Isso é uma falácia. As pessoas não querem pagar caro pelo ingresso. Todo mundo quer se divertir com o produto do músico, mas ninguém pensa que é uma profissão.”

Ele é associado a uma das entidades musicais que compõem o ECAD, o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, responsável por administrar os direitos autorais referentes à execução pública de canções. Um compositor tem direito de receber sempre que uma de suas músicas é tocada em uma festa, em um show ou pela rádio e TV. O dono do estabelecimento, a emissora ou o cantor que toca ao vivo uma música que não é sua devem pagar ao ECAD. Posteriormente, esses recursos serão encaminhados aos músicos.

Arthur concorda com uma das principais críticas ao Escritório, a de que ele deveria ser mais fiscalizado, mas não é contra a sua existência. Por um motivo simples: “Ele funciona. A cada três meses, eu recebo do ECAD. Às vezes R\$ 30, outras R\$ 5.000”.

Tempo de mudança – Para justificar sua visão libertária dos direitos autorais, Tiago Jucá se baseia nas ideias de desobediência civil de Henry Thoreau. “É proibido baixar CDs. Para mim, isso é injusto. A gente não deve obedecer às leis quando nossa consciência diz que estão erradas ou ultrapassadas. Eu acho que o correto é que se faça o *download*, que se grave, que isso seja passado para um amigo. Por que eu devo basear minha vida em todas as leis, sabendo que quem as fez são meia dúzia de pessoas? Por que elas estão certas, e eu não?”, questiona. Em breve, sua revista, O Dilúvio, estará licenciada em domínio público, o que significa nenhum direito reservado.

Arthur de Faria acredita que, atualmente, os músicos se encontram em uma posição que pode ser definida como “o olho do furacão”: “Estamos exatamente no momento em que tudo está mudando, e a nossa profissão está tentando se redescobrir e achar uma forma de se autogerir”. Sobre as vantagens que a tecnologia trouxe para o meio, ele menciona que a quantidade de informação musical disponível na Internet estabelece um nível superior na discussão sobre a arte, e que novos grupos já começam a tocar com uma cultura muito maior. “Não há como ser contra baixar música. Mas é preciso encontrar um jeito para quem produz ganhar dinheiro”, conclui.

João Flores da Cunha, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabico

JU indica

Realidade Revista

José Carlos Marão e José Hamilton Ribeiro
Realejo Editora, 2010, 432 páginas
R\$ 60,00 (valor médio)

Um mergulho no Brasil dos anos 60 é o que oferece este livro, que reúne as melhores matérias publicadas durante a primeira fase da

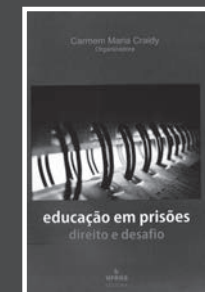


revista Realidade. Reportagens como “Pobre menina miss”, publicada em agosto de 1966, e “Três histórias de desquite”, de janeiro de 1967, ambas assinadas por José Carlos Marão, revelam um país em que as mulheres eram cidadãs de segunda categoria. Ao acompanhar os bastidores de um concurso de miss Brasil, o repórter mostra candidatas submetidas à tirania de mães, organizadores e patrocinadores para os quais não passavam de mercadorias. Mais cruel é a reportagem em forma de diário que traz as histórias de três desquitadas e os problemas que enfrentam na tentativa de reconstruir suas vidas. Para os padrões de hoje, algumas situações de opressão e discriminação relatadas soam absurdas, mas o fato é que essas mulheres eram malvistas pela sociedade, que em geral as culpava pelo fracasso do casamento, além de vê-las como uma ameaça à família. Solidão e desamparo marcam esses relatos. Outra matéria de leitura obrigatória é “Eu fui um simples operário”, publicada em setembro de 1967. Nela o repórter José Hamilton Ribeiro relata como consegue um emprego de bombeiro numa fábrica para descobrir como vivem e o que pensam esses trabalhadores. Ele se instala numa pensão indicada pelos colegas e assim acompanha também o que eles fazem em seus momentos de lazer. Além de revelar o conservadorismo de seus companheiros, José Hamilton faz outra constatação chocante: ali, ninguém lê jornal. (Ánia Chala)

Educação em prisões – direito e desafio

Carmem Maria Craidy (org.)
Editora da UFRGS, 2010, 126 páginas
R\$ 20 (valor médio)

Resultado do seminário homônimo “Educação em Presídios: Direito e Desafio”, realizado na UFRGS em 2008 pelo Núcleo de Pesquisa



e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social, da Faculdade de Educação, este livro, organizado pela professora Carmem Maria Craidy, reúne artigos de representantes da Secretaria de Educação e da Superintendência de Serviços Penitenciários do Estado, dos Ministérios da Educação e da Justiça, da Unesco/Brasil e da Fundação de Amparo ao Preso do Estado de São Paulo, além de integrantes do Ministério de Educação da Argentina e da Administração de Educação Pública do Uruguai. Os artigos, que visam abordar a questão para além dos estigmas sociais, têm como temática os problemas da educação nos estabelecimentos penitenciários, o direito básico à educação daqueles que tiveram a liberdade cerceada, garantido na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. A questão se amplia diante dos dados que apontam, em pleno século 21, 75% dos apenados no estado sem o ensino fundamental completo. A edição traz, afora as análises, interessantes relatos de experiências nessa área, que se fundamentam no seguinte princípio: a função da prisão seria a de preparar o indivíduo para o retorno à vida em liberdade, proporcionando-lhe, obviamente, elementos necessários para tanto. (Antônio Falcetta)



Tradição no Ministério

Política

Nomeação de Ana de Hollanda para o MinC motiva reflexão acerca de seu sobrenome

Caroline da Silva

Assim que foi anunciada para a pasta da Cultura, a ministra Ana de Hollanda foi apresentada pelos meios de comunicação como a “irmã de Chico”. Na opinião do crítico de música Juarez Fonseca, isso até pode ser natural: “Quem, na relação com Chico Buarque, não fica à sombra dele? Trata-se de um dos maiores compositores brasileiros de todos os tempos. É inevitável que as irmãs dele tenham essa referência. Ora, é uma família maravilhosa”.

No entanto, o jornalista é categórico ao afirmar que a nova ministra tem carreira e escolhas próprias e não por acaso é irmã de Chico. Conforme Francisco Marshall, professor dos cursos de pós-graduação em Artes Visuais e História da UFRGS, “os filhos do historiador Sérgio Buarque de Hollanda e de D. Maria Amélia compartilham a herança cultural de um dos maiores intelectuais da história do Brasil, mas possuem personalidades bastante diferentes”.

Feminina e requintada – Ana Maria Buarque de Hollanda, aos 62 anos, circula com classe pelos encontros e procura ser reservada e objetiva em todos os compromissos relacionados ao Ministério da Cultura. Ela tem atendido a todos com um sorriso fácil em eventos públicos, sendo sempre delicada nas respostas durante as entrevistas coletivas que concedeu. No entanto, o Jornal da Universidade penou numa lista de solicitações de entrevistas exclusivas que foi escanteada pela novíssima criação da Secretaria de Economia

Criativa. Aliás, a ministra divulgou a composição de seu secretariado por um comunicado oficial. O seu comportamento foi tachado de “autista” pelo sociólogo Emir Sader, e a declaração lhe custou o cargo de presidente da Fundação Rui Barbosa. A “demissão” antes de ele assumir foi anunciada, também, por breve comunicado oficial.

Nada de caloura – Ana de Hollanda trabalhou no Centro Cultural São Paulo (CCSP), da Secretaria Municipal de São Paulo, de 1982 a 1985, chefiando o setor de música do órgão. Foi também secretária de Cultura do Município de Osasco, entre 1986 e 1988, e diretora do Centro de Música da Funarte, entre 2003 e 2007, durante a gestão do ator Antonio Grassi, período em que reeditou o Projeto Pixinguinha. Além disso, coordenou a Câmara Setorial de Cultura, reunindo representantes dos fóruns estaduais de música, entidades representativas da sociedade civil e setores do Poder Executivo. Em seu discurso de posse, reiterou que “não existe arte sem artista”, assumindo posição como legítima representante da classe.

Contexto – Para Juarez Fonseca, o ministro anterior, Gilberto Gil, foi o verdadeiro criador do MinC: “Francisco Weffort, do FHC, pouca herança deixou”. E estabelece uma comparação: “Embora Gil tenha atuado antes na área cultural em Salvador, não tinha, ao assumir o ministério, a experiência que Ana já tem no próprio MinC, como diretora da Funarte, e em outras atividades. Nesse sentido, penso que ela está até mais preparada que Gil para fazer com o que o MinC ande bem. Podemos pensar ainda que será uma ministra menos personalista, mais da ação no miolo das políticas culturais. O que todos esperam é que trabalhe para a cultura brasileira como um todo, desgrudando-se do ancestral clientelismo carioca. Gil melhorou um pouco essa questão, mas a horizontalidade da administração e das ações culturais precisa melhorar muitíssimo. Todos os estados devem ser olhados com foco e investimentos específicos, sem favorecimentos”.

O professor Francisco Marshall estabelece um paralelo direto com o ministro anterior, Juca Fer-

reira. “A gestão Juca Ferreira (PV) avançou muito no diagnóstico da área cultural, no diálogo com todos os segmentos envolvidos, na reformulação de estratégias e na criação de novos programas e metodologias, com índole bastante democrática. Suas mudanças ainda não foram consolidadas e, ademais, precisam ser complementadas. Ana de Hollanda herda, portanto, um rumo e muitos compromissos institucionais, reafirmados pelo caráter de continuidade do atual governo em relação ao anterior.”

Influência política – O pesquisador atuante na área cultural é cauteloso ao se pronunciar quando à postura da nova ministra: “Quanto à procedência artística e às qualificações executivas da ministra, é algo que ainda teremos que esperar para avaliar. Ela não traz em seu retrospecto nenhum feito notável como gestora, mas nada impede que venha a saldar a alta aposta que Dilma Rousseff fez ao nomeá-la no lugar de um ministro muito dinâmico e articulado como foi seu antecessor. O discurso de posse dela foi muito positivo; seu ponto forte foi o reconhecimento do valor da criação e dos criadores, e as promessas de aprofundamento da mudança democrática ora em curso”.

Como primeira mulher a assumir o MinC Ana de Hollanda vem de uma família tradicional de intelectuais. Seu irmão, Chico Buarque, manifestou apoio à candidatura de Dilma durante as eleições. “A nomeação dela parece decorrer de sua articulação com o PT paulista, após muitas especulações e disputas, tanto internas quanto contra o ministro Juca Ferreira. Este recebeu numerosos apoios do meio artístico, mas perdeu a batalha final”, avalia Marshall. No entanto, o professor considera que a tradição não teve a ver com a sua escolha: “Dessas disputas, a família Hollanda está isenta; portanto, não há como associar sua nomeação à origem familiar, embora ser filha de Sérgio e irmã de Miúcha e Chico ajude a apresentá-la para a sociedade. Aparentemente, o sobrenome entra como capital de risco, e a família se expõe a perder ou ganhar a aposta política feita por Dilma e por seu partido. Nada disso, todavia, poderá macular a alta contribuição cultural provinda dos três de Hollanda acima nomeados”.

Polêmicas em poucos dias

Apesar de tentar fugir das questões polêmicas nas primeiras entrevistas e discursos, o mês de janeiro já trouxe algumas dores de cabeça a Ana de Hollanda. Logo na transmissão do cargo, ela reconheceu que, durante o governo Lula, o MinC expandiu-se pelo país e criou marcos importantes, como os pontos de cultura e a criação do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). “Isso tudo foi semeado, agora tenho que dar prosseguimento. Mas cada gestor tem sua visão e estabelece prioridades”, comentou.

Ela também fez questão de dizer que sua saída da Funarte, há três anos, não foi um confronto com o ministério. “Saí porque o Grassi foi demitido, e eu fui convidada por ele. Era até uma questão ética colocar o cargo à disposição. Se ele tinha sido mal avaliado, isso dizia respeito a mim também.” Agora, a nova ministra o reconduziu à presidência da Fundação. O segundo nome mais forte do Ministério é o do gaúcho Vitor Ortiz, ex-secretário da Cultura de Porto Alegre, que ocupa o posto de secretário executivo.

Outra saia justa foi explicar a retirada do selo Creative Commons do site do MinC. O Creative Commons é um sistema de gestão de direitos autorais alternativo ao tradicional *copyright* ao qual o Ministério aderiu durante o governo Lula. Quando a logomarca do Creative Commons sumiu da página virtual, grupos ligados à cultura digital apontaram retrocesso na política implementada pela gestão anterior, quando o MinC deu partida a um projeto de reforma da lei de direitos autorais. Enquanto acompanhava a reinauguração da Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo, a ministra reiterou sua posição: “A Constituição permite que o autor libere seus direitos. Só achei inadequado que tivéssemos esse logo no site”.

Trajectoria

A sexta filha do historiador Sérgio Buarque de Hollanda e de D. Maria Amélia, Ana Maria Buarque de Hollanda, nasceu em 12 de agosto de 1948, em São Paulo. Cresceu na capital paulista, em uma casa do bairro Pacaembu frequentada por nomes expressivos da vida cultural e política do Brasil. Em 1968, participou do III Festival Internacional da Canção, interpretando o frevo *Dança das rosas*. Lançou o primeiro álbum, homônimo, em 1980, pelo selo Eldorado. Ana participava das reuniões do bar Riviera, no centro de São Paulo, ponto de encontro de artistas e intelectuais. Foi nessa época que entrou para o Partido Comunista Brasileiro. No entanto, o nascimento dos filhos Sérgio e Ruth impediu dedicação maior à política. No final dos anos 80, depois de lutar contra um câncer na região do mediastino, entre os pulmões, voltou a gravar. O segundo disco solo, *Tão simples*, saiu pela MoviePlay em 1995. A cantora fez shows por todo o Brasil e também no Uruguai, em Angola e em Cuba, e atuou como vocalista em trabalhos de Toquinho, Vinícius de Moraes, Fafá de Belém e Tom Jobim.

Somente em 2001, veio o seu terceiro CD, *Um filme*, lançado pela Jam Music. *Só na canção*, o trabalho mais recente, chegou ao mercado em 2009 pelo selo CPC-UMES.



PEDRO FRANÇA/MINC

DESTAQUE

Abril para pensar



Léa Fagundes fará a palestra de abertura da segunda edição das Conferências UFRGS

Cultura

II Ciclo de Conferências UFRGS e Colóquio Mutações aquecem programação

Para o próximo mês, o Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão (DDC) preparou uma programação especial que abre espaço para a reflexão.

A edição 2011 das Conferências UFRGS irá debater-se sobre o tema *O futuro da universidade na sociedade do conhecimento*. Serão dez encontros mensais, realizados na segunda quarta-feira do mês, às 19h, na Sala João Fahrion, do Câmpus Central.

A conferência que abre o ciclo, no dia seis de abril, intitulada *As formas de aprender contemporâneas*, tem como convidada a professora Léa Fagundes. Uma das pioneiras no uso do computador em sala de aula, Léa irá refletir sobre os movimentos de universalização da educação. Para a conferencista, nosso sistema educacional está a exigir novas sistematizações que auxiliem os estudantes a participar de um desenvolvimento pautado no uso ético das tecnologias.

A programação completa pode ser acessada pelo site www.difusao cultural.ufrgs.br.

Também em abril, a UFRGS recebe o quarto e mais recente ciclo de conferências do Colóquio Mutações, concebido pelo jornalista Adauto Novaes. *A invenção da crença* tem como tema central os efeitos da revolução tecnocientífica sobre as ideias e práticas da crença.

Serão duas semanas de programação, começando no dia 11, com a palestra do professor e compositor José Miguel Wisnik, intitulada *A crença no espelho*. No dia seguinte, o físico Luiz Alberto Oliveira falará sobre *Incerteza e descrença*. Na quarta-feira, 13 de abril, o tema será *Evidência, experiência e criação do espaço público*, com o cientista político Renato Lessa. Newton Bignotto, professor de Filosofia da UFMG, apresenta, no dia 14, palestra abordando *Os últimos dias de um profeta*. A primeira semana do colóquio se encerrará no dia 15 com a fala do filósofo Franklin Leopoldo e Silva, intitulada *Mística e saber oculto*.

A programação segue no dia 25 com as seguintes palestras: *A crença e o ócio*, com Olgária Matos, no dia 25; *A crença no melhor argumento: sobre o fundamento fantasmático da autoridade*, por Vladimir Safatle, dia 26; *Razão crítica, razão instrumental e crença*, com o poeta Antonio Cicero, dia 27; *Triste e sorridente metafísica*, com Jorge Coli, dia 28; e *Santo combate*, com Eugênio Bucci, no dia 29. As inscrições para o colóquio custam R\$ 30 e podem ser feitas na secretaria do DDC.

CINEMA

Cinema noir: entre sombras e cinzas

Em abril, a Sala Redenção exibe produções que retratam o submundo do crime e da corrupção. O ciclo tem curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso, com o apoio do Centro de Entretenimento E o Vídeo Levou. As sessões têm entrada franca.

O FALCÃO MALTÉS (The maltese falcon, EUA, 1941, 100min), de John Huston
Considerado o pioneiro das produções noir, este filme acompanha a história do detetive Sam Spade, que se depara com um grupo de pessoas dispostas a tudo para colocar suas mãos na valiosa estatuetta de um falcão.
Sessões: 1.º de abril, às 16h; 14 de abril, às 16h

LAURA



(Laura, EUA, 1944, 87min), de Otto Preminger
Jornalista mantém relação possessiva com jovem que é assinada às vésperas de seu casamento.
Sessões: 1.º de abril, às 19h; 4 de abril, às 16h

PACTO DE SANGUE (Double indemnity, EUA, 1944, 108min), de Billy Wilder
Agente de seguros conhece mulher casada, que o convence a elaborar um plano para assassinar seu marido e ficar com o dinheiro do seguro de vida.
Sessões: 4 de abril, às 19h; 5 de abril, às 16h

ALMAS PERVERSAS (Scarlet street, EUA, 1945, 103min), de Fritz Lang
Homem na crise da meia-idade é enganado pela noiva, que deseja roubar sua fortuna.
Sessões: 5 de abril, às 19h; 6 de abril, às 16h

ALMA TORTURADA (This gun for hire, EUA, 1942, 79min), de Frank Tuttle
Pistoleiro em busca de vingança se une a uma artista que se apresenta em casas noturnas.
Sessões: 6 de abril, às 19h; 7 de abril, às 16h

OS ASSASSINOS (The killers, EUA, 1946, 102min), de Robert Siodmak
Ex-campeão de boxe espera em um velho quarto de hotel dois assassinos profissionais que deverão matá-lo.
Sessões: 7 de abril, às 19h; 8 de abril, às 16h

A DAMA DO LAGO (Lady in the lake, EUA, 1946, 105min), de Robert Montgomery
O detetive Philip Marlowe é contratado para encontrar a desaparecida esposa de um editor.
Sessões: 8 de abril, às 19h; 11 de abril, às 16h

GILDA (Gilda, EUA, 1946, 111min), de Charles Vidor
Gerente de um clube noturno em Buenos Aires descobre que a esposa de seu patrão foi sua amante no passado.
Sessões: 11 de abril, às 19h; 12 de abril, às 16h

O TERCEIRO HOMEM (The third man, Inglaterra, 1949, 104min), de Carol Reed
Novelista viaja a Viena, onde se depara com o funeral de um amigo.
Sessões: 12 de abril, às 19h; 13 de abril, às 16h

A SOMBRA DE UMA DÚVIDA



(Shadow of a doubt, EUA, 1942, 108min), de Alfred Hitchcock
Assassino sedutor vai visitar seus parentes numa pacata cidade californiana,
Sessões: 19 de abril, às 19h; 20 de abril, às 16h

despertando suspeitas em sua sobrinha favorita.
Sessões: 14 de abril, às 19h; 15 de abril, às 16h

DE REPENTE NUM DOMINGO (Vivement dimanche!, França, 1983, 111min), de François Truffaut
Agente imobiliário tem sua vida tumultuada quando o amante de sua esposa é assassinado.
Sessões: 15 de abril, às 19h; 18 de abril, às 16h
Após a sessão do dia 15, haverá debate com Rogério Felipe Teixeira e Tânia Cardoso de Cardoso

O MENSAGEIRO DO DIABO



(The night of the hunter, EUA, 1955, 93min), de Charles Laughton
Homem condenado à força por roubo deixa o dinheiro roubado com seus filhos. Seu colega de cela sai da prisão disposto a apossar-se da fortuna.
Sessão: 18 de abril, às 19h; 19 de abril, às 16h

UMA RUA CHAMADA PECADO (A streetcar named desire, EUA, 1951, 125min), de Elia Kazan
Mulher culta e amargurada, cujo marido suicidou-se, busca abrigo na casa da irmã, mas entra em choque com o rude cunhado.
Sessão: 19 de abril, às 19h; 20 de abril, às 16h

A MONTANHA DOS SETE ABUTRES



(Ace in the hole, EUA, 1951, 111min), de Billy Wilder
Jornalista inescrupuloso vê sua chance de ascensão profissional quando um homem fica soterrado em uma mina. Ele transforma a situação em um grande acontecimento, tomando as rédeas do resgate e fazendo o possível para prolongá-lo.
Sessão: 20 de abril, às 19h

CHINATOWN (Chinatown, EUA, 1974, 130min), de Roman Polanski
Detetive, contratado por uma socialite para investigar o caso extracônjugal de seu marido, vê-se envolvido em uma teia de escândalos.
Sessão: 25 de abril, às 16h, seguida de debate

CORPOS ARDENTES (Body heat, EUA, 1981, 113min), de Lawrence Kasdan
Advogado apaixonado por mulher casada é levado a planejar o assassinato do marido dela.
Sessões: 25 de abril, às 19h; 26 de abril, às 16h

VELUDO AZUL (Blue velvet, EUA, 1986, 120min), de David Lynch
Rapaz percebe que sua cidade natal não é tão perfeita assim, quando encontra uma orelha humana em um terreno baldio.
Sessões: 26 de abril, às 19h; 29 de abril, às 19h

LOS ANGELES - CIDADE PROIBIDA (L.A. confidential, EUA, 1997, 138min), de Curtis Hanson
Na Los Angeles do início dos anos 50, três detetives que usam métodos distintos de trabalho se defrontam com uma trama de conspiração e corrupção policial.
Sessões: 27 de abril, às 19h; 28 de abril, às 16h

O HOMEM QUE NÃO ESTAVA LÁ



(The man who wasn't there, EUA, 2001, 116min), de Ethan e Joel Coen
Barbeiro vê na infidelidade da esposa a chance de mudar radicalmente seu futuro.
Sessões: 28 de abril, às 19h; 29 de abril, às 16h

Cinedebate em Direitos Humanos

Ciclo promovido em parceria com a Liga dos Direitos Humanos da UFRGS.

FEIOS, SUJOS E MALVADOS (Brutti, sporchi e cattivi, Itália, 1976, 115min), de Ettore Scola
A vida de uma família numa favela de Roma torna-se ainda mais difícil quando o patriarca recebe o dinheiro de um seguro por ter perdido um olho quando trabalhava.
Sessão: 13 de abril, às 19h

ONDE?

Auditorium Tasso Corrêa
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4318

Departamento de Difusão Cultural
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3436

Museu da UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

Sala Fahrion
Av. Paulo Gama, 110 - 2.º andar
Fone: 3308-3034

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Sala Qorpo Santo
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-4318

Salão de Ato
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Theatro São Pedro
Pça. da Matriz, s/n.º
Fone: 3227-5100

FATRO

Teatro, Pesquisa e Extensão

Nona temporada da mostra de teatro universitário organizada pelas pró-reitorias de Pesquisa e Extensão e pelo Instituto de Artes da Universidade, que propõem o questionamento de temas a partir de espetáculos teatrais.

NOITE DE WALPURGIS
O título da peça tem origem na celebração pagã que ocorria a cada início de primavera em algumas regiões da Europa. O espetáculo é uma realização da Satori Associação Teatral, com orientação de Irion Nolasco e atuação de Alexandre Borin e Franciele Aguiar. Roteiro, dramaturgia, cenografia, iluminação, figurinos e trilha foram criados pelos atores e pelo orientador.
Sessões: 6, 13, 20 e 27 de abril
Local e horário: Sala Qorpo Santo, às 12h30min e às 19h30min
Entrada franca

MÚSICA

André Mehmarí Trio

WORKSHOP JAZZ TRIO
Com André Mehmarí (piano, foto), Zé Alexandre Carvalho (contrabaixo) e Sérgio Reze (bateria).
Data: 29 de março
Local e horário: Auditorium Tasso Corrêa, das 14h às 17h
Informações pelo fone: 3308-4325

SHOW
Apresentação do trio de músicos que se destaca por seu virtuosismo e musicalidade.
Data: 30 de março
Local e horário: Theatro São Pedro, às 21h
Ingressos no local



Vale Doze e Trinta

Show de lançamento do edital de seleção das bandas para a terceira edição do projeto que promove apresentações de bandas formadas por integrantes da comunidade universitária.

FUNKALISTER
A banda, formada em 2002, une a sofisticação de flautas, trompete e sax à força de teclados, baixo e bateria, produzindo uma sonoridade com grande influência da música negra.
Data: 12 de abril (terça-feira)
Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min (em caso de chuva, o show será transferido para o dia 13, no mesmo horário)
Entrada franca

Barranca



Show que comemora os 40 anos do Festival da Barranca, tradicional encontro organizado durante a Semana Santa à beira do rio Uruguai, com o grupo Os Angüeras. O espetáculo terá a participação de artistas como Borghetinho e Yamandú Costa.
Data: 13 de abril (quarta-feira)
Local e horário: Salão de Ato, às 20h
Ingressos: R\$ 20 (algumas entradas serão distribuídas gratuitamente à comunidade da UFRGS no mezanino do Salão)

EXPOSIÇÃO

Acervo Cerâmico Itinerante

Desde o início deste mês, estão expostas nos corredores de acesso livre do prédio da reitoria 36 peças de participantes do Núcleo de Instauração da Cerâmica Artística (Nica) e de artistas convidados. Criado em 2009, o Núcleo objetiva o intercâmbio entre alunos da graduação da UFRGS e artistas independentes da região metropolitana de Porto Alegre.
Visitação: durante todo o ano, nos corredores do prédio da reitoria



Bom Fim: um bairro, muitas histórias

Exposição que faz uma leitura polifônica do mais tradicional bairro porto-alegrense. Curadoria de Benito Bisso Schmidt.
Visitação: até 1.º de julho, de segunda a sexta, das 9h às 18h, no Museu da UFRGS

Percurso do Artista

Projeto de divulgação da produção artística de professores da Universidade.

LUÍZ EDUARDO ROBINSON ACHUTTI - 35 ANOS DE CARREIRA
O autor utiliza a fotografia como um tipo de narrativa, que pode dar maior profundidade ao estudo do homem pela vivência de sua realidade. Curadoria de Boris Kossoy.
Visitação: 20 de abril a 29 de julho, de segunda a sexta, das 10h às 18h, na Sala Fahrion

Meu Lugar na UFRGS



FÁTIMA SEQUEIRA ROMANO

A sala dos problemas

Fátima Sequeira Romano tem sempre um monte de problemas para resolver. Eles chegam aos poucos, se acumulam e se empilham à sua frente. Tocam ao telefone e batem à porta a toda hora. Por isso, com ela, não há tempo a perder: "Reunião no gabinete do reitor às 11h, urgente!", diz a alguém do outro lado da linha, antes de a entrevista começar. A mesma palavra, sem o reforço da entonação, mas gravada com um ameaçador carimbo vermelho, aparece em alguns dos processos dispostos sobre sua mesa. Um ritmo de trabalho que assustaria muito gente. Mas Fátima não vê nada de mal nisso: lidar com problemas é o que ela gosta de fazer.

Fátima é a vice-superintendente de obras da Suinfra, que cuida da infraestrutura da Universidade. Contratos, processos, pareceres técnicos, todos os documentos precisam de seu aval antes de serem encaminhados aos responsáveis pelas obras. Sua sala no 5.º andar da reitoria é o lugar onde todos os problemas de qualquer prédio ou construção da UFRGS se reúnem. Por isso, é também o lugar de Fátima. Para confirmar isso, basta perguntar a ela se o seu trabalho é desgastante: "Não é cansativo porque eu gosto", diz. "Se não gostasse, seria bem chato."

Além de lidar com as obras da UFRGS, Fátima enfrenta um desafio adicional: ela mora em Tramandaí. Para chegar ao trabalho em Porto Alegre a tempo, precisa acordar às 4h30, pegar o ônibus às 6h15 e encarar uma viagem que dura quase duas horas. "Fazer isso todos os dias é puxado", admite. No verão, em especial, a rotina se torna "meio chata", com as pessoas indo para a praia e ela fazendo o caminho inverso. Mas sem problemas: "Praia é boa para dormir, não para passar o dia todo", afirma.

Fátima iniciou sua trajetória como profissional na Universidade em 1992. Passou um ano até que ela começasse a desempenhar atividades ligadas à sua formação, de engenheira civil – nesse período, foi desenhista, um "desvio de função", como diz. Na Suinfra, trabalhou com projetos e manutenção de obras. Durante a gestão da primeira reitora da UFRGS, Wana Panizzi (1996-2004), tornou-se a primeira prefeita universitária, na época em que esse cargo era ocupado por apenas uma pessoa – atualmente, são três prefeitos, um para o Câmpus do Centro, outro para o do Vale e um

terceiro para os Câmpus da Saúde e Olímpico.

Quando perdeu esse posto, resolveu pedir transferência para o Ceclimar (Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos) e se mudar para Tramandaí, onde moravam seus pais. Porém, acabou estranhando o ritmo de trabalho em um local cuja estrutura física é reduzida. "Depois de um tempo, não havia mais o que fazer. A gente construiu um prédio, fez várias reformas... Mas ficou naquilo, e para mim era pouco", diz. Decidiu retomar os estudos e iniciar o mestrado, até porque sentia falta de Porto Alegre. Aproveitando o fato de morar na praia, desenvolveu uma tese sobre o ingresso de cloreto em estruturas de concreto e os motivos de os materiais enferrujarem perto do mar.

Depois de oito anos no Ceclimar, ela conta que aceitou "de bom grado" o convite feito em julho de 2010 pelo superintendente de Infraestrutura, Alberto Tamagna, para ocupar seu cargo atual. Além de voltar ao ritmo de trabalho acelerado – "a rotina é uma loucura, isso aqui não para nunca" –, Fátima retomou a mesma sala em que trabalhava quando era prefeita. "Este é o meu lugar na UFRGS. Eu voltei para onde nunca deveria ter saído", afirma. Ela diz ter uma relação especial com o Câmpus do Centro, onde conhece "quase todo mundo". É justamente por gostar das pessoas, do local e do trabalho que ele não se torna cansativo. "Aqui, me sinto em casa", diz.

Fátima parece não ter dúvida de que na sala dos problemas da Universidade está no lugar certo. Perguntada sobre as futuras obras do Câmpus Litoral e se essa não seria uma boa oportunidade para trabalhar perto de onde mora, responde: "Não penso lá adiante, tudo tem sua hora. Por enquanto, estou aqui na minha sala, e está bom assim. Eu gosto de resolver problemas. Onde tem problema para resolver, para mim está bom".

João Flores da Cunha, estudante do 5.º semestre de Jornalismo da Fabio

Esta coluna resulta de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET diariamente, a partir das 20h10min.

Perfil Valeu a pena

Camila Kelly Chiodi

A estudante que, em sua quinta tentativa, foi a melhor colocada no vestibular

Ela sonhava em cursar Medicina na UFRGS há muito tempo. Desde que tinha dez anos, época em que o professor de sua irmã lhe permitia assistir às aulas da Faculdade de Enfermagem, Camila Kelly Chiodi tinha certeza de que queria trabalhar na área de saúde. Agora, aos 21, cumpriu seu objetivo: vai fazer o curso desejado na universidade na qual sempre fez questão de ser aluna. Além dessa realização, obteve uma segunda, inesperada: o melhor desempenho entre os 36.314 participantes do vestibular de 2011. O caminho até aqui, porém, foi longo.

Nascida em Três Passos, viveu até os 16 anos em Humaitá – cidade vizinha no noroeste do estado. Apesar da certeza de que havia escolhido o curso certo, Camila não tinha a real dimensão das dificuldades pelas quais teria de passar até garantir o ingresso em uma faculdade de Medicina. Foi só quando se mudou para Curitiba, onde fez o 3.º ano do ensino médio, que a estudante percebeu o tamanho do problema.

Camila sempre foi do tipo "primeira da turma". Em Curitiba, porém, era colega de pessoas que se preparavam para os vestibulares mais concorridos do país. Ela queria saber tanto quanto os outros, mas não tinha base para isso. Esforçando-se para acompanhar o ritmo, chegou a participar de algumas aulas avançadas. Isso gerou distorções em seu aprendizado: basta dizer que ela aprendeu a teoria da relatividade de Albert Einstein antes do começo da física de Isaac Newton.

No ano seguinte, veio morar em Porto Alegre. À certeza de que Medicina era o curso certo, somou-se a da universidade em que continuaria seus estudos: "Eu só queria UFRGS", diz. Mesmo outras federais, como a de Santa Maria ou a UFSCPA, acabaram deixadas de lado. Sobre o motivo dessa decisão, ela menciona que todos os estudantes da UFRGS que conheceu sempre manifestaram orgulho por estudar nesta instituição.

O vestibular – Com o objetivo definido, faltava "apenas" cumpri-lo. Foram quatro anos de cursinho, de 2007 a

2010. Na prova de 2009, chegou perto. Em 2010, o vestibular foi cruel com ela. Camila fez 732 pontos, apenas quatro a menos que o último colocado no listão.

Mesmo depois do primeiro lugar de 2011, Camila ainda é dura consigo mesma quando avalia os anos em que não foi aprovada. Fala em "insegurança", diz que "era imatura", e acabava cometendo "erros idiotas". Os adjetivos são por conta dela, mas fica claro que a estudante tinha dificuldades de manter o controle emocional na hora da prova. No vestibular do quase, Camila chegou ao último dia tendo certeza de que não passaria, por conta de um resultado ruim na prova de português. Acabou resolvendo algumas questões de matemática sem muita atenção e deixando outras de lado. Se tivesse se concentrado mais, a aprovação talvez viesse um ano mais cedo.

"Eu sabia a matéria, mas não estava preparada psicologicamente", diz Camila. Para contornar esse problema, buscou ajuda na metade do ano. Acabou chegando à conclusão de que "saber a matéria não é o suficiente para passar no vestibular. E tu nunca sabes o quanto é o suficiente. É preciso dar conta do nervosismo".

Ela diz também que os resultados negativos ano após ano acabam acostumando o estudante à reprovação: "Passar foi a exceção". Perguntada sobre como se manter motivada diariamente para estudar sem se sentir confiante, ela responde: "Eu tinha uma sensação de que 'Ah, dessa vez não vai dar de novo, mas preciso estudar porque uma hora vai dar certo'. Era a única coisa que eu poderia fazer para chegar mais perto".

O primeiro lugar – De tanto estudar para chegar mais perto, Camila foi aprovada – de longe. Nas provas objetivas, não acertou menos de 21 questões em nenhuma (sobre 25 possíveis), desempenho que lhe garantiu um score superior a 800 pontos. Alegria? Muita. Festa? Também. Mas com um porém: Camila ainda não se conforma com seu score na redação: 15 (também sobre 25). "Sou perfec-

cionista, não adianta", diz. Por conta desse resultado, ela sequer acreditou quando viu que era a primeira – achou que houvesse algum erro. Contribuiu para essa desconfiança o raciocínio de quem fez vestibular durante anos: "Sempre tem alguém que vai melhor que você", ela pensava.

Dessa vez, o sempre não se confirmou, e Camila foi mesmo a melhor. "Para quem lutava para ser a primeira da turma, conseguir ficar em primeiro lugar foi ótimo", brinca. Ela tem claro em sua cabeça, porém, que não repetirá na faculdade o comportamento da época de colégio: "Não vou querer ser a primeira da turma. Isso é muito chato. Eu aprendi que não preciso disso para saber ou para ir bem, é só fazer tudo certo. Essa história de competição não é comigo. Chega! Vestibular é competição, querendo ou não. Não basta ir bem; se outro for melhor, fica-se de fora", afirma.

Muito dessa competição, porém, não era com o outro. Camila diz que sempre exigiu muito de si. Agora, na Universidade, espera relaxar mais: "Acho que vou conseguir estudar e, no momento certo, descansar. Não vou ficar me cobrando tanto". Nos anos de vestibular, não conseguia aproveitar as férias – ficava pensando no que havia errado e planejando o cursinho. Além disso, lia clássicos da literatura brasileira, tentando prever quais poderiam entrar na lista de leituras obrigatórias do vestibular seguinte.

Camila provou para si mesma ser capaz de passar no vestibular. Agora, está confiante. Poucas horas antes de fazer a tão sonhada matrícula na Faculdade de Medicina da UFRGS, o lugar ao qual dedicou anos para chegar, falou sobre o significado desse momento: "Não desisti! Esperei tanto tempo e agora finalmente vou poder estudar o que quero". Em resumo: valeu a pena.

João Flores da Cunha

Ela só queria a UFRGS por conta do orgulho demonstrado pelos estudantes que conheceu



JOÃO FLORES DA CUNHA/JU

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

ENSAIO



FOTOS TIAGO COELHO

Dona Ana



TIAGO COELHO
É FOTÓGRAFO,
FORMADO NO CURSO
DE REALIZAÇÃO
AUDIOVISUAL DA
UNISINOS. TEM
FOTOGRAFIAS
EM COLEÇÕES
IMPORTANTES, ENTRE
ELAS A PRESTIGIOSA
MASP-PIRELLI. MAIS
IMAGENS DO ENSAIO
APRESENTADO NESTA
PÁGINA, BEM COMO DE
OUTROS TRABALHOS,
PODEM SER VISTAS EM
WWW.TIAGOCOELHO.COM.BR.

O tema deste ensaio é a busca pelo reencontro. A personagem real, dona Ana, é assunto recorrente dos registros do fotógrafo desde 2004, quando ele a documentou lavando roupa em um rio de Santo Antônio da Patrulha.

Sem ter contato algum com a família desde que deixou Belém do Pará há 40 anos, Ana sonhava em reencontrar irmãos que a tinham por falecida. Decidida a buscar seus parentes, viajou com o marido rumo à capital paraense. O fotógrafo acompanhou o casal, registrando seus passos.

Para Dona Ana, rever a cidade natal lhe trouxe lembranças remotas, repletas de saudade. A volta para casa foi um novo começo, cheio de certezas futuras. Para o fotógrafo, uma experiência singular e compartilhada.